UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Laís de Godoy Nicolodi

Considerações sobre o Patriarcado na perspectiva Analítico Comportamental

São Paulo
2020

LAÍS DE GODOY NICOLODI

Considerações sobre o Patriarcado na perspectiva Analítico Comportamental

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Experimental

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Leite Hunziker

São Paulo
2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nicolodi, Laís de Godoy

Considerações sobre o Patriarcado na perspectiva Analítico Comportamental /Laís de Godoy Nicolodi; orientadora Maria Helena Leite Hunziker. -- São Paulo, 2020. 64 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Patriarcado. 2. Análise do Comportamento. 3. Poder. 4. Opressão. 5. Feminismo. I. Hunziker, Maria Helena Leite, orient. II. Título.

Nome: Nicolodi, Laís de Godoy

Título: Considerações sobre o Patriarcado na perspectiva Analítico Comportamental

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar de todos, tenho muito a agradecer a pessoa que tornou essa dissertação possível, não só por ter aceitado um tema tão ousado e inédito, como também por ter se mantido tão presente e envolvida no decorrer da pesquisa, nunca me fazendo sentir desamparada ou sozinha: minha orientadora Tatu. Além de ter me orientado nesses anos, nunca vou me esquecer da força que ela me deu no período em que estive com um diagnóstico que me obrigou a fazer uma cirurgia delicada e invasiva. Não teria chegado até aqui se não tivesse contado com a sua compreensão e empatia. Bem como, com a força e carinho de seu companheiro de vida, Teco.

Em segundo lugar, sou muito grata ao suporte financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tive para a pesquisa. Se não fosse esse auxílio, jamais teria conseguido pagar minhas contas e o aluguel do cantinho que morei no Butantã que tornou possível a minha permanência em São Paulo para poder concluir minha pesquisa.

Não poderia deixar de incluir os grandes protagonistas que me deram a vida, Cláudia e Alexandre, bem como minha grande parceira de vida, Livia. Minha família nuclear, que me ofereceu suporte financeiro nos tempos difíceis, que me concedeu o privilégio de estudar nas melhores escolas do interior de São Paulo e Rio de Janeiro. E que me deu muito amor ao longo de minha infância, possibilitando meu amadurecimento emocional pra chegar onde cheguei. Deixo aqui também um agradecimento especial a uma pessoa muito importante que faz parte da família estendida que me inspirou muito desde pequeninha, a seguir pela psicologia, e que me deu um amor de uma irmã mais velha que nunca tive, Milena.

Existem três pessoas muito especiais no LABC que me acompanharam de alguma forma e que foram peças fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa: Márcia, Lígia e Tauane. Nunca vou me esquecer das longas conversas em que eu pude absorver muitas dicas acadêmicas, do suporte emocional inigualável, e do quanto de alguma forma, cada uma me inspirou a querer ser uma psicóloga mais empática, corajosa e comprometida com o que eu acredito, obrigada a todas as três por cada troca especial e única.

Nessa linha, sou muito grata a uma professora do IP que muito me inspirou a ser a profissional que sou hoje, com uma linha de supervisionar muito compassiva e comprometida: Sônia Meyer. Obrigada por despertar em mim uma de minhas maiores e mais genuínas paixões que tenho hoje e por todo o suporte emocional nos momentos em que precisei.

Serei eternamente grata a minha querida terapeuta, Marina Bialer, que tanto me ensinou a

ver beleza nas rupturas da vida, que me deu muito suporte nos meus perrengues emocionais e de saúde, e que me ensinou sobre generosidade e paciência. Obrigada por aguentar uma paciente tão pentelha como eu.

A grande turma do LABC, não seria nada se não fosse por eles. Em ordem linear, agradeço demais a Carol Franceschini por ter me introduzido ao mundo da pesquisa acadêmica com muita seriedade e diversão. Sou muito grata também à certas figuras que tanto me inspiraram e me deram uma força inigualável com uma série de dúvidas que tive: Amilcar, Pedro, Fernanda, e Samanta. Um agradecimento especial a cada um também pelas madrugadas em que acolheram meu desespero e nunca cansaram de me incentivar a continuar firme: obrigada especial ao César.

Não seria quem sou hoje se não fosse pela bagagem política que adquiri na minha formação na graduação, sobretudo feminista. Podemos estar seguindo caminhos diferentes hoje, mas nunca vou me esquecer do nosso grupo, “sem violência”: obrigada Luana, Nath, Paulinha e Helena por terem sido tão pacientes e por terem me ensinado tanto sobre amizade verdadeira.

Sou muito grata a toda a turma que compõe a comissão da Pode Contar, um enorme prazer trabalhar lado a lado de pessoas tão incríveis como Pat, Paula, Miriam, Cynthia, Vera Maris e Let.

Agradeço demais também ao meu querido amigo que virou um ótimo companheiro de debates acadêmicos sobre gênero e memes: Pedro Ambra. Obrigada por toda a força inicial lá atrás com o meu projeto inicial enquanto comíamos um belíssimo PF na Teodoro.

Sem dúvida não estaria onde estou hoje se não fossem as grandes mulheres e pesquisadoras do Marias & Amélias que me incentivaram a pesquisar sobre feminismo e Análise do Comportamento: Aline, Iza, Amanda, Analu, Marcela. E um agradecimento especial a Ana Arantes, a quem serei eternamente grata por ter me inspirado a investigar sobre o patriarcado e ter me dado tantas ideias e insights geniais.

Sou muito grata a Mayara, por toda a força com a dissertação e os detalhes formais.

Agradeço demais também a Fátima, da secretaria do PSE por todo o suporte em minhas dúvidas e paciência comigo, um anjo de pessoa.

Agradeço infinitamente a quem me acompanhou na vida também, pelo amor, pelo carinho, pela diversão, pela sinceridade, aos melhores amigos que eu podia desejar ter ao meu lado nesse período: Anna, Patrick, Lufê, Andressa, Cíntia. Obrigada por existirem e por cultivarem a nossa amizade, eu valorizo cada troca que tivemos e não conseguiria se não fossem por vocês.

Sou muito grata também aos Danieis. Embora hoje a gente não divida mais trajetória em comum, sou feliz pelo que vivemos, grata ao primeiro por ter me incentivado a me apaixonar pela Análise do Comportamento, e ao segundo por ter me encorajado a me manter engajada no feminismo e nas lutas políticas. Vivemos o que tivemos pra viver, e sou muito grata por tudo isso.

RESUMO

Nicolodi, L. G. (2020). *Considerações sobre o Patriarcado na perspectiva Analítico Comportamental* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A produção de estudos analítico-comportamentais sobre temáticas da sociologia e do feminismo vem promovendo interlocuções muito frutíferas para ambas as áreas. Dentro dos múltiplos assuntos oriundos dos trabalhos feministas, estudos que abarquem a organização do patriarcado ainda não foram explorados pela perspectiva analítico-comportamental. Este estudo se propõe a realizar uma análise comportamental sobre o patriarcado e as condições que o mantêm. O estudo partiu dos conceitos centrais subjacentes à noção de patriarcado expostos na obra da socióloga brasileira e feminista Heleieth Saffioti, *Gênero Patriarcado Violência: poder, relação de dominação-exploração e opressão*. Os mesmos conceitos foram analisados na perspectiva analítico-comportamental destacando-se que o patriarcado envolve uma organização social que engloba um conjunto de comportamentos, regras e contingências sociais que se baseiam centralmente em um desequilíbrio de poder, gerando supremacia masculina e opressão de mulheres. Esse desequilíbrio decorre de os homens deterem maior domínio de reforçadores/punidores que podem ser utilizados nas suas relações sociais (poder). Em consequência, estabelecem-se relações nas quais as mulheres desenvolvem repertórios comportamentais restritos, o que lhes dá menos chance de escolhas (opressão) e, conseqüentemente, deixando-as mais vulneráveis ao domínio e exploração masculinos. São analisados alguns comportamentos patriarcais frequentes na cultura brasileira, buscando-se identificar algumas das contingências que os mantêm. Na busca do diálogo entre ambas as abordagens, identificam-se aspectos comuns, tais como a análise contextualista/interacionista, sem uso do mentalismo ou do essencialismo. Conclui-se que, como poder/opressão/dominação são termos que descrevem comportamentos sociais, e como todo comportamento é estabelecido e mantido pelas contingências existentes no ambiente externo, a compreensão da ideologia patriarcal, como conjunto de contingências e regras estabelecidas e mantidas no ambiente social, permite que analistas do comportamento possam vir a descrever os processos comportamentais que sustentam essa assimetria, colaborando para o estabelecimento de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Patriarcado. Análise do Comportamento. Poder. Opressão. Feminismo.

ABSTRACT

Nicolodi, L. G. (2020). *Considerations about Patriarchy in the Behavioral Analytical perspective* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The production of behavioral analytical studies on themes of sociology and feminism has been promoting very fruitful dialogues for both areas. Within the multiple issues arising from feminist works, studies on the organization of patriarchy have not yet been explored from a behavioral analytical perspective. The present study proposes to conduct a behavioral analytical analysis of patriarchy and the conditions that maintain it. The study started from the central concepts underlying the idea of patriarchy that was exposed in the study of the Brazilian feminist sociologist Heleieth Saffioti, Gender Patriarchy Violence: power, the relation of domination-exploitation and oppression. The same concepts were analyzed in the behavioral analytical perspective, highlighting that patriarchy involves a social organization that encompasses a set of behaviors, rules and social contingencies that are centrally based on a power imbalance, promoting male supremacy and women oppression. This imbalance stems from the fact that men have a greater domain of reinforces/punishers that can be used in their social relations (power). As a result, relations are established in which women develop restricted behavioral repertoires, which gives them less chances of choices (oppression) and, consequently, leaves them more vulnerable to male dominance and exploitation. Some patriarchal behaviors that are frequent in Brazilian culture are analyzed, seeking to identify some of the contingencies that keep them. In the search for dialogue between both approaches, common aspects are identified, such as contextualist/interactionist analysis, without the use of mentalism or essentialism. It is concluded that, as power/oppression/dominance are terms that describes social behaviors, and as all behaviors are established and maintained by the contingencies existing in the external environment, the understanding of the patriarchal ideology, as a set of contingencies and rules established and maintained in the social environment, allows behavior analysts to come to describe the behavioral processes that support this asymmetry, collaborating for the establishment of a fairer society.

Keywords: Patriarchy. Behavior Analysis. Power. Oppression. Feminism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 A Análise do Comportamento e as suas relações com temáticas de cunho sociopolítico.....	9
1.2 A Análise do Comportamento e as suas relações com o feminismo.....	11
1.3 O conceito de Patriarcado para o Feminismo.....	16
2 MÉTODO.....	20
2.1 Seleção de textos.....	20
2.2 Levantamento dos principais conceitos.....	21
2.3 Análise.....	22
2.4 Considerações finais.....	22
3 O PATRIARCADO.....	23
3.1 A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA.....	23
3.1.1 Poder.....	25
3.1.2 A relação de dominação-exploração e a opressão.....	28
3.2 A PERSPECTIVA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL.....	33
3.2.1 Poder.....	34
3.2.2 A relação de dominação-exploração e a opressão.....	41
4 ANÁLISE.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

1.1 A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E AS SUAS RELAÇÕES COM TEMÁTICAS DE CUNHO SOCIOPOLÍTICO

A revolução científica ocorrida entre os séculos XVII e XVIII proporcionou um contexto de desenvolvimento para a ciência na condição de área do conhecimento interessada exclusivamente sobre os fatos, sobre descrever o mundo tal como ele é de forma neutra e objetiva, distanciando-se, portanto, dos campos de conhecimento dos valores, como a ética e a política (Lopes & Laurenti, 2016). No entanto, a premissa de que todo o conhecimento científico era constituído de uma neutralidade investigativa pura e esvaziada de qualquer viés político passou a ser questionada. Lopes e Laurenti (2016) põem em evidência que a suposta noção de “ego puro” do cientista é incompatível com as variáveis que estão na base de sua escolha pelo tema, sendo essas variáveis os interesses econômicos, políticos, sociais e até mesmo os de financiamento científico. Desse modo, o processo de escolha do objeto de estudo, do método utilizado, e do desenvolvimento do conhecimento científico são atravessados por um conjunto de variáveis circunstanciais, institucionais e da cultura, bem como pelas variáveis comportamentais da história de vida do(a) pesquisador(a).

Kuhn (2006) indica uma série de fatores que participam no avanço da ciência que variam desde fatores sociológicos e normativos até os institucionais de uma sociedade. Em outras palavras, o filósofo enfatiza que a história da ciência se desenvolve a partir da história de cientistas individuais ou em grupo que atuam na defesa de suas ideias, evidenciado, dessa forma, que a ciência é nada menos que o comportamento do cientista (Laurenti, 2012). Da mesma forma, Ruiz (1998), ao tecer a crítica à pretensa neutralidade da ciência, também rejeita a ideia de que é função da ciência estabelecer verdades definitivas e rígidas sobre o mundo, e chama a atenção para a inevitável influência das perspectivas individuais que o cientista carrega. A autora analisa que o processo de produção de conhecimento científico é relacional, já que o comportamento do cientista está tanto sob controle das variáveis daquilo que está se propondo a investigar, quanto seus comportamentos influenciam o produto de sua pesquisa. Dessa forma, uma vez que os cientistas e seus comportamentos estão inseridos em uma dada cultura, é coerente somar à análise sobre a não “neutralidade”

científica a influência que as variáveis contextuais sociopolíticas da cultura exercem sobre o comportamento dos cientistas. Portanto, estudar a produção científica também envolve estudar os aspectos da cultura na qual ela foi produzida e desenvolvida. No que diz respeito ao tema da presente pesquisa, é relevante apontar que a nossa cultura é *patriarcal*, como será descrito mais adiante.

Nessa mesma perspectiva de ausência de neutralidade, Marcuse (1967/2009) defende que o fazer científico possui consequências sociais. Mesmo que se possa afirmar que, para a produção de conhecimento científico, a intenção do pesquisador é pura, movida apenas por sua “curiosidade” sobre o tema, e que ao trabalhar em seu laboratório não seria possível antever se suas descobertas terão consequências benéficas ou destrutivas para a sociedade, essas condições não são suficientes para afirmar a neutralidade do cientista diante da produção de seu conhecimento. Portanto, a responsabilidade social da ciência passa a ser vista como algo inerente à própria atividade científica.

A inserção da Análise do Comportamento nessa discussão variou nos diferentes momentos do seu desenvolvimento como ciência (Laurenti 2012; Moxley, 1999, 2001). Por exemplo, em relação aos textos skinnerianos, inicialmente eles guardaram maior afinidade com o modelo de ciência “neutro e puro”, especialmente na etapa da sua produção voltada à pesquisa básica de laboratório (Skinner, 1938). Posteriormente, quando suas pesquisas se voltaram para o estudo do comportamento humano, ficaram mais evidentes a transdisciplinaridade e as reflexões ético-políticas sobre a atividade científica (Laurenti, 2009). A publicação do romance utópico *Walden Two* (Skinner, 1948/1977), que discorre sobre uma comunidade planejada com base nos princípios estabelecidos pela Análise do Comportamento, inaugurou essa mudança, que posteriormente foi desenvolvida quando esse pesquisador passou a focar no estudo científico do comportamento humano (Skinner, 1953). Em diversas publicações, Skinner apontou que o uso dessa ciência poderia ser uma ferramenta importante para a construção de um mundo socialmente mais justo, tal como no livro *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971), no qual ele enfatizou a negação da filosofia do livre-arbítrio como base para se repensar e planejar culturas mais igualitárias. Também marcantes foram os textos políticos de Holland (1974, 1978), bem como a fundação do periódico denominado *Behaviorists for Social Action* que passou a publicar artigos analítico-comportamentais, voltados especificamente para questões sociopolíticas (Lopes & Laurenti, 2016). Mais recentemente, diversos

analistas do comportamento vêm subscrevendo a tese de que os princípios da teoria analítico-comportamental podem ser muito úteis para a construção de um mundo socialmente melhor e mais justo (Carrara, 2016; Ruiz, 1995, 1998, 2003; Silva & Laurenti, 2016; Wolpert, 2005).

Isso posto, somado ao desenvolvimento que a Análise do Comportamento já tem com as pesquisas de comportamentos individuais (Catania, 1999/1998), o contexto em que já se discutia cada vez mais sobre cultura passou a ser também propício para a investigação de temas de cunho sociopolítico. Essas variáveis criaram novas contingências que permitiram a expansão do espectro de análise da área para que cada vez mais estudos sobre política e questões sociais fossem desenvolvidos. Embora tenha sido constatada essa expansão temática, discute-se que ela ainda se manteve tímida em alguns segmentos de estudo: por exemplo, Wolpert (2005) afirma que, dentre as temáticas de cunho sociopolítico, o feminismo não tem recebido a devida atenção pelos analistas do comportamento. Apenas mais recentemente a produção sobre esse tema começou a ganhar mais notoriedade, no Brasil, o que pode ser demonstrado com a publicação da primeira obra oficialmente dedicada ao assunto: Debates sobre o Feminismo e a Análise do Comportamento (Pinheiro & Mizael, 2019).

1.2 A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E AS SUAS RELAÇÕES COM O FEMINISMO

O feminismo é um termo amplo e polissêmico, com definições que variam em complexidade na tentativa de abarcar as diversas vertentes que se dedicam a refletir sobre a condição da mulher (Couto & Dittrich, 2017). Historicamente, embora tenha se organizado no início do século XIX em torno das reivindicações pelo direito ao voto das mulheres, foi só no século XX que o feminismo se manifestou enquanto movimento de luta das mulheres a partir do reconhecimento da sua condição como oprimidas, além do reconhecimento de que as relações entre mulheres e homens não estavam inscritas na natureza, e que, portanto, existia a possibilidade política de transformação desse quadro (Schewebel, 2009). Nessa perspectiva, o feminismo como movimento de reivindicação de direitos da mulher, teve sua gênese no "descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres" (Schewebel, 2009, p. 144).

Segundo Lerner (1986), algumas das definições que se tem sobre o feminismo são: (a) uma doutrina que advoga pelos direitos sociais e políticos das mulheres, (b) um movimento organizado pela concretização e conquista desses direitos, (c) a declaração das reivindicações dessas mulheres como grupo e teoria política e (d) a crença na necessidade de mudança social em larga escala para que as mulheres assumam seu poder político. A autora argumenta que essas definições sobre o feminismo são bastante amplas e são usadas de maneira indiscriminada, e como tentativa de defender um uso mais disciplinado do termo, ela propõe que a variedade do termo possa ser agrupada em apenas duas definições principais: (a) o de movimento político de luta pelos direitos das mulheres, e o de (b) a emancipação das mulheres.

O uso de ambas as definições para categorizar o feminismo é proposto como importante dado que, embora em muitos lugares do mundo mulheres já tenham conquistado muitos direitos, a emancipação feminina plena ainda não foi alcançada em nenhum lugar.¹ Essa afirmação tem forte sustentação no índice criado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), denominado *Gender Inequality Index* (GII) cujo objetivo é analisar as desigualdades entre os gêneros (Couto & Dittrich, 2017). Esse índice avaliou, em cada país, três principais indicadores sociais: saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho². O valor desse índice pode variar de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0, mais igualdade entre os gêneros, e quanto mais próximo de 1, mais desigualdade. De todos os 155 países avaliados, nenhum chegou ao índice de igualdade plena, ou seja, 0. O índice mais próximo da igualdade foi obtido pela Eslovênia, com 0,016 pontos, e o de maior desigualdade foi o obtido pelo Iêmen, com 0,744 pontos. O Brasil ocupa a 97ª posição, com 0,457 pontos. A criação desse índice pela ONU permitiu a constatação de que ainda são muitos os países que apresentam um alto índice de desigualdade

¹Lerner (1986) define a emancipação feminina a partir de uma derivação histórica específica do romano (*e + manus + capere*) cujo significado é o de "sair debaixo das mãos de" que, no feminismo, assume o significado de libertar-se da dominação masculina (p.236).

²Saúde reprodutiva - medida pela taxa de mortalidade materna e taxas de natalidade de adolescentes; Empoderamento - medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres e pela proporção de mulheres adultas e homens com idade igual ou superior a 25 anos com pelo menos algum ensino secundário; e status econômico – medido pela participação no mercado de trabalho e pela taxa de participação da população feminina e masculina com idade igual ou superior a 15 anos. O índice de desigualdade entre os gêneros é construído no mesmos moldes que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para avaliar as diferenças na distribuição de conquistas entre mulheres e homens.

entre os gêneros, bem como é possível dizer que as mulheres não atingiram a igualdade plena de direitos entre os homens em absolutamente nenhum dos 155 países avaliados.

No contexto brasileiro, um dado que também evidencia esse quadro assimétrico e forte de desigualdade de gênero são os números sobre feminicídio encontrados no *Mapa da Violência sobre Homicídios de Mulheres no Brasil* (Waiselfisz, 2015). Os registros mostram que, em números absolutos, o número de mortes de mulheres passou de 1.353, no ano de 1980, para 4.762, em 2013, o que representa um crescimento de 252%, no período, do número de mulheres vítimas no Brasil. Para efeitos de comparação, com sua taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil, num grupo de 83 países analisados pela Organização Mundial da Saúde, ocupa a 5ª posição de país onde mais mulheres são assassinadas.

Diante desse quadro, o feminismo, como movimento político, se expandiu e vem crescendo, assim como também as teorias e correntes filosóficas que o embasam. A partir da década de 1970, isso se deu inclusive na Psicologia (Dauder, 2003). Contudo, a autora argumenta que os analistas do comportamento não participaram ativamente dessa tomada feminista da ciência psicológica sendo, por isso, criticados (Dauder, 2003; Ruiz, 1995). Revisões recentes em periódicos analítico-comportamentais mostraram ser escassa a produção que envolve o uso de conceitos feministas associados a conceitos behavioristas radicais: em levantamento bibliográfico feito abrangendo o período compreendido entre 1995 e 2016 (Couto & Rezende, 2014; Couto & Dittrich, 2017), foram encontrados apenas oito artigos, sendo essa produção restrita a poucas autoras.

Uma analista do comportamento pioneira nesses estudos foi Maria R. Ruiz, que analisou compatibilidades e diferenças entre o feminismo e a Análise do Comportamento (Ruiz, 1995, 1998, 2007). Segundo ela, as críticas feministas à Análise do Comportamento foram principalmente influenciadas por mal-entendidos advindos, de algumas autoras feministas, da compreensão equivocada sobre o Behaviorismo Radical como sendo uma teoria ambientalista que se limita à análise de "estímulo-resposta". Excluídos esses equívocos, sobressai na sua análise diversas compatibilidades.

A primeira delas é a de que as ações humanas devem ser entendidas enquanto frutos de um contexto, mesmo que existam autoras feministas que recorram à explicações mentalistas, uma parte considerável delas se vale de explicações

contextualistas. Isso significa uma compatibilidade entre essas últimas e a Análise do Comportamento no que se refere ao não uso de explicações internalistas e descontextualizadas do ambiente para explicar os comportamentos sociais envolvidos na desigualdade entre os gêneros. Ou seja, é comum às duas abordagens a suposição de que as diferenças dos comportamentos entre gêneros são controladas pela interação do organismo com o ambiente, refutando a noção internalista/biológica de que eles se devem a diferenças “naturais” entre homens e mulheres. Assim, embora usando terminologias diferentes, ambas as abordagens consideram que, a despeito de diferenças fisiológicas, de cunho filogenético, a desigualdade entre gêneros é aprendida, estabelecida ao longo das experiências individuais (ontogenia) e do grupo a que pertence o indivíduo (práticas culturais). Apenas um aspecto foi apontado por Ruiz (1998) como divergente entre essas abordagens: a suposição feminista de que há um nível de “agência pessoal” que, a despeito das contingências ambientais, pode levar o indivíduo a agir de forma divergente delas (no caso, gerando lutas emancipatórias em ambientes pouco propícios a isso). Essa suposição é comprometida com a noção de um “eu iniciador” interno, contrário à lógica behaviorista radical (Skinner, 1974). Segundo Ruiz (1998), uma importante contribuição da Análise do Comportamento é justamente possibilitar que, ao invés de ser esperado o “despertar desse ‘eu iniciador’”, sejam identificadas as contingências ambientais que levam pessoas a enfrentar condições opressivas, transformando-as.

Portanto, ao se considerar que a visão de mundo behaviorista radical tem como centro a noção de que as ações humanas são resultado da interação constante dos organismos com o seu ambiente social (além do ambiente físico), essa filosofia/abordagem psicológica é compatível com o que é defendido por muitas feministas que negam a existência de essências inatas aos seres humanos, no caso, essências masculinas e femininas, bem como a compreensão do comportamento humano como instrumento para a mudança social.

Quanto à contribuição do feminismo para o avanço da Análise do Comportamento, Ruiz (1998, 2003) afirma que um entendimento mais profundo sobre o controle exercido pelas práticas culturais de gênero enriqueceriam a área da Análise do Comportamento na medida em que não atentar para o padrão de comportamento discriminativo relacionado ao gênero, que produz consequências diferenciadas para homens e mulheres, empobrece a compreensão do comportamento humano, individual ou cultural, como um todo. A perspectiva feminista pode facilitar na

identificação de fontes de controle “invisíveis” que, por vezes, denotam um conjunto de práticas discriminativas culturais que contribuem para a redução de poder de grupos minoritários³, como o das mulheres (Ruiz, 1998). Perspectivas como essa convergiriam com a tese skinneriana de se utilizar os preceitos da Análise do Comportamento para atingir um mundo socialmente mais justo.

A crítica sobre a baixa produção de estudos analítico-comportamentais que abordem o feminismo e noções de gênero recaem também sobre a baixa produção de estudos analítico-comportamentais sobre a cultura e variáveis que abarcam temáticas como a de classe, raça ou orientação sexual (Wolpert, 2005). Embora nos últimos anos esse quadro venha mudando com o aumento de produção de estudos analítico-comportamentais e questões feministas, Wolpert (2005) afirma que as análises sobre contingências sociais que não se respaldam em um panorama de estudos sobre noções de raça, classe e gênero, estariam incompletas, e que, portanto, examinar o papel que essas categorias exercem nas contingências de reforçamento aumentaria a eficiência das propostas de intervenções sociais, dado que essas categorias de gênero, raça e classe são também entendidas como construções sociais e frutos de um contexto cultural.

Um exemplo dos ganhos possíveis da aproximação entre a proposta behaviorista radical e o feminismo é dado pelo estudo de Silva e Laurenti (2016). Nele o modelo de seleção pelas consequências, proposto por B. F. Skinner (1981), e a noção de gênero, sistematizada na obra de Simone de Beauvoir (1949/1970), são analisados como compatíveis. O cerne dessa análise se baseia no fato de que o modelo de seleção pelas consequências se respalda numa visão antiessencialista e multidimensional de ser humano, pela qual Skinner defende que o indivíduo é compreendido como produto integrado de temporalidades históricas distintas (filogênese, ontogênese e cultura). Pelo seu lado, Beauvoir também busca esclarecer a condição feminina sem recorrer ao pensamento essencialista na medida em que ela nega a existência de uma “essência feminina”. De uma forma geral Beauvoir alude a variáveis que estão para além da biologia, como práticas sociais inseridas dentro de um contexto e temporalidades históricas.

³ Nesse caso, o uso do termo “minoritário” não se refere a inferioridade numérica, mas sim diz respeito a situação de subordinação socioeconômica, política ou cultural em relação a um grupo majoritário, isto é, dominante.

Portanto, embora tenham sido publicados mais recentemente estudos que abarcam um diálogo entre as questões feministas e a Análise do Comportamento, participar dessa expansão significa somar para o crescimento da área, contribuindo tanto para as teorias feministas quanto para a Análise do Comportamento (Ruiz, 1998). Assim, fortalecer o diálogo e expandir as interfaces entre essas duas áreas de conhecimento pode ser um caminho frutífero e promissor.

1.3 O CONCEITO DE PATRIARCADO PARA O FEMINISMO

Estudos sobre as práticas culturais de gênero e as contingências de reforçamento social que fortalecem a manutenção dessas práticas são áreas de estudos que ampliariam o diálogo entre o feminismo e a Análise do Comportamento (Ruiz, 1998, 2003; Wolpert 2005). Para Ruiz (1998), muitas das fontes de controle sobre as práticas de gênero são ainda invisíveis. Gênero, assim como raça e classe social, são categorias verbais socialmente construídas, transmitidas de geração em geração, por meio de práticas culturais. Tais categorias influenciam fortemente comportamentos que exercem controle sobre a manutenção dessas práticas culturais, ou seja, comportamentos que são adquiridos e mantidos de formas distintas a depender do gênero do indivíduo. É a partir dessa diferença que muitas estudiosas feministas passaram a se debruçar sobre a questão de gênero como sendo central no estudo das desigualdades observadas.

Uma das precursoras dos estudos sobre gênero foi Simone de Beauvoir, em sua obra “O Segundo Sexo” (1949/1970). De acordo com Silva e Laurenti (2016), a desnaturalização do papel da mulher realizada na obra de Beauvoir se dá a partir da sua defesa de que o sexo biológico influencia pouco nas distinções de gênero. Embora Beauvoir não sistematize o conceito de gênero, que será mais tarde desenvolvido por outras autoras feministas, ela sistematiza a distinção entre a dimensão biológica e a dimensão social da mulher. Com isso, introduz teses que se tornaram parte das primeiras teorias feministas amparadas na noção de que o *sexo* seria definido ao nível orgânico pelas diferenças fisio-anatômicas entre fêmeas e machos, enquanto *gênero* seria construído ao nível social pelos diferentes papéis sociais e estereótipos de feminilidade e masculinidade que definem socialmente a distinção entre mulher e homem.

Essa sistematização inicial da diferenciação entre sexo e gênero, feita por Beauvoir (1949/1970), foi amplamente adotada e desenvolvida, mais tarde, por diferentes teóricas feminista. Por exemplo, gênero seria um conjunto de papéis e comportamentos definidos como mais apropriados aos sexos (Lerner, 1986) ou se refere a divisões e atribuições distintas de características e potencialidades relacionadas ao sexo (Flax, 1987). Embora cada feminista enfatize determinado aspecto da noção de gênero, existe a sugestão de que há um campo de consenso - ainda que limitado - de que *gênero é nada menos do que a construção social do feminino e do masculino* (Saffioti, 2004/2015). Essa construção social de gênero pode ser entendida como diferentes comportamentos, padrões de estética, funções e papéis sociais para homens e mulheres (Lerner, 1986) o que, numa leitura analítico-comportamental, pode dizer respeito a conjuntos de contingências diferenciadas que alocam bens e privilégios (reforçadores) aos indivíduos a depender de seus respectivos gêneros. Portanto, a depender de serem emitidas por homens ou mulheres, as mesmas classes de comportamento podem ser reforçadas diferencialmente para cada grupo (Ruiz, 1998, 2003; Wolpert, 2005).

Dado que essas categorias de gênero são socialmente construídas e transmitidas ao longo das gerações por meio de práticas culturais, ao se levar em conta os dados sobre as desigualdades entre gênero, pode-se propor que tais práticas culturais vêm garantindo a manutenção de um sistema de gênero assimétrico que traz consequências prejudiciais para as mulheres nas sociedades atuais (Ruiz, 1998).

Contudo, segundo Saffioti (2004/2015), falar apenas sobre “gênero”, colocando à margem uma investigação mais minuciosa sobre um modelo de organização social que sustenta uma assimetria de poder entre os homens e mulheres, e consequente opressão dessas últimas, é uma maneira de distrair a atenção sobre o real problema da desigualdade política existente e que torna invisíveis as contingências que estão por detrás desse modelo de organização. Isso ocorre em virtude de que o conceito de “gênero”, apenas por si só, não explicita necessariamente a assimetria de poder e a desigualdade de privilégios entre homens e mulheres. Por exemplo, falar apenas em “violência de gênero” poderia englobar falar tanto sobre a violência de homens contra as mulheres quanto a de mulheres contra homens, e isso se deve ao fato de que o conceito “gênero” possui um caráter neutro quando utilizado isoladamente. “Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é

excessivamente geral, ahistórico, apolítico e pretensamente neutro” (p. 148). Saffioti (2004/2015) defende que a desigualdade política entre homens e mulheres, com notório prejuízo das mulheres, é melhor expressa pelo termo “patriarcado”, cujo significado se trata do “poder do patriarca”. O uso exclusivo do conceito de gênero distrai a atenção sobre esse poder, manifesto em especial como homem/marido, e neutraliza a relação de dominação-exploração masculina vigente. Por esse motivo se faz necessário adotar o conceito de patriarcado nos estudos sobre a assimetria de poder e a desigualdade de privilégios entre homens e mulheres. Conforme sugere Pateman (1993): “Abandonar o termo patriarcado significaria abandonar o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (p.39-40).

O termo patriarcado é derivado do grego, e é dividido em: “*pater*”, que refere-se a “pai”, e “*arkhe*” que se refere à ideia de origem e comando, de forma que o conceito inicialmente abarcava o sentido de “autoridade/comando do pai”. Já no início do século XIX, antes das denúncias de autores socialistas, o termo era comumente utilizado como forma de enaltecimento, ou como adjetivo de maneira elogiosa, como por exemplo, para se referir às sabedorias e costumes da vida no campo dizia-se que eram “as virtudes patriarcais” do homem (Delphy, 2009). Já o sentido do termo feminista foi inicialmente inaugurado por Kate Millet (1970), em sua obra *Política Sexual*, na qual a autora usou o termo para designar o(s) sistema(s) que oprime(m) as mulheres. A partir disso, nos anos 1970, esse significado de patriarcado foi rapidamente adotado pelos movimentos feministas, e passou a designar o sistema que deveria ser combatido, ou seja, uma formação social na qual homens detêm o poder, sendo assim sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” (Delphy, 2009).

Dadas as múltiplas matrizes teóricas que divergem entre si no âmbito do movimento feminista, muitos termos e definições acabam sendo categorias instáveis que estão em constante construção e reconstrução. O termo patriarcado não foge a essa regra, sendo impossível afirmar uma definição⁴ que gere consenso entre todo o

⁴ Para algumas feministas, o termo patriarcado poderia ser substituído por “dominação masculina” pois se refere a uma dominação vinculada ao período do absolutismo (Miguel & Biroli, 2014, p.19). No entanto, não é consenso entre as autoras feministas a substituição do termo, e para muitas autoras feministas brasileiras o termo contempla todos os períodos históricos de dominação masculina e opressão feminina.

grupo de feministas. Em virtude dessa falta de definição consensual, no presente trabalho adotaremos esse conceito conforme expresso na obra de Saffioti (2004/2015) socióloga brasileira, pensadora do feminismo, considerada referência sobre esse tema e que se propôs a estudar especificamente o fenômeno do patriarcado, defendendo, com empenho, o não abandono do termo.

Na proposta defendida por Saffioti (2004/2015), o conceito de patriarcado pode ser definido como *hierarquia entre homens e mulheres* existente há milênios, com *primazia masculina*, e que estabelece uma *estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana*. Na mesma direção, Lerner (1986) afirma:

O patriarcado se refere à manifestação e à institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e as crianças na família, e na extensão da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. Isso implica que homens detêm poder em todas as instituições importantes da sociedade e que as mulheres estão desprovidas de acesso a tal poder (p. 239, tradução pessoal)⁵.

Nesse sentido, deve-se considerar que o conceito do patriarcado é mais específico que o conceito de gênero, pois ele ressalta a *desigualdade e assimetria de poder* e a *diferença de privilégios* entre os gêneros, incluindo a dominação exercida pelos homens sobre as mulheres (Saffioti, 2004/2015). Além disso, a autora também ressalta em sua análise o fato de que o patriarcado não opera somente na esfera privada, mas também inclui a esfera pública, já que suas hierarquias e suas estruturas de poder estão presentes também na sociedade como práticas culturais. Essas considerações encontram ecos em trabalhos analítico-comportamentais recentes que consideram que práticas culturais são definidas como padrões comportamentais de indivíduos ou de pessoas se comportando em grupo, modelados e mantidos pelas contingências sociais definidoras de uma dada cultura (Fernandes, Carrara & Zílio, 2017). Desse modo, entender que o patriarcado faz parte de um contexto cultural mais amplo, que envolve contingências sociais mantenedoras de práticas culturais de dominação dos homens sobre as mulheres, implica na importância de não ignorá-lo.

⁵ Trecho original retirado da obra “The Creation of Patriarchy” de G. Lerner (1986): “In its wider definition means the manifestation and institutionalization of male dominance over women and children in the family and the extension of male dominance over women in society in general. It implies that men hold power in all the important institutions of society and that women are deprived of access to such power” (p. 239)

Ou seja, a não utilização desse conceito permite que essa relação de exploração-dominação encontre formas e meios de continuar invisível, existindo sem ser percebida (Saffioti, 2004/2015).

Como descrito anteriormente, dentre os estudos já realizados que promovem uma articulação teórica entre os conceitos behavioristas e os feministas, ainda não foi encontrado nenhum que envolvesse o conceito de patriarcado. Buscando preencher essa lacuna, o presente estudo tem por objetivo geral investigar o patriarcado na perspectiva analítico-comportamental. Para isso, deverão ser cumpridas três etapas: 1) Levantamento dos conceitos básicos presentes no que, sociologicamente, se convencionou denominar de patriarcado; 2) Análise desses conceitos pela perspectiva analítico-comportamental; e 3) Análise funcional de alguns comportamentos patriarcais e das suas contingências mantenedoras inseridas em práticas sociais; 4) Considerações sobre semelhanças e diferenças entre as abordagens sociológica e analítico-comportamental sobre o patriarcado. Por ser, até onde sabemos, a primeira abordagem do tema na perspectiva analítico-comportamental, este trabalho terá caráter introdutório, sem a pretensão de esgotar o tema ou a análise dos comportamentos focados.

2 MÉTODO

A metodologia em pesquisas teóricas é bem mais flexível do que a aplicada em estudos experimentais, não havendo consenso sobre qual seja a ideal (Luna, 1997; Tourinho, 2006; Laurenti & Lopes, 2016). O presente estudo se valeu de uma adaptação da metodologia proposta por Laurenti e Lopes (2016), denominada PICT (Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto). Na proposta original, as quatro etapas do PICT se dividiam em: 1) Levantamento dos principais conceitos do texto; 2) Caracterização das teses do texto; 3) Elaboração de esquemas; 4) Síntese Interpretativa. No presente trabalho, optou-se por adaptar a metodologia original da seguinte forma: Primeiro, acrescentamos a etapa inicial de seleção dos textos a serem utilizados pertinentes ao tema; Segundo, a etapa de levantamento dos principais conceitos nos textos; Terceiro, ao invés da caracterização das teses dos conceitos, realizamos análises funcionais dos conceitos selecionados à luz de exemplos embasados em dados; e quarto, redigimos as considerações finais abarcando uma

definição para o nosso objeto de estudo. Assim, o método ficou organizado nas seguintes etapas: 1) Levantamento dos textos pertinentes ao tema; 2) Seleção dos conceitos chave para a compreensão do objeto de estudo; 3) Análise funcional dos conceitos selecionados; 4) Considerações finais.

2.1 SELEÇÃO DE TEXTOS

As obras consultadas foram divididas em dois grupos iniciais: a) relacionado ao pensamento feminista no estudo do patriarcado, e b) relacionado à abordagem analítico-comportamental do feminismo/patriarcado e dos conceitos selecionados na etapa anterior.

Para a análise relacionada ao pensamento feminista, foi selecionada a obra mais recente da carreira da socióloga brasileira, H. I. B. Saffioti, autora que não só possui destaque internacional⁶, como também é referência nos estudos sobre o patriarcado no Brasil:

- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero patriarcado violência* (2a ed.). São Paulo, SP: Expressão Popular. (Trabalho originalmente publicado em 2004)

Em relação aos textos analítico-comportamentais, tomou-se por base textos de analistas do comportamento referências na área – B. F. Skinner e W. J. Baum – bem como de outros analistas comportamentais que trabalharam explicitamente o tema do feminismo. Inicialmente foi utilizado o levantamento realizado por Couto e Dittrich (2017) para identificação de textos básicos ao tema, sendo identificados posteriormente textos adicionais publicados nos últimos dois anos.

Os textos base que foram selecionados para dar início a este estudo estão listados abaixo. Outros, incluídos ao longo do desenvolvimento deste trabalho, estão listados nas referências bibliográficas:

⁶ Em 2005, a autora foi incluída na indicação coletiva de 1000 Mulheres para o [Prêmio Nobel da Paz](http://wikipacewomen.org/wpworg/en/?page_id=1511%20PeaceWomen%20Across%20the%20Globe%20-%20WikiPeaceWomen), feita pela organização suíça Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo. Recuperado de: http://wikipacewomen.org/wpworg/en/?page_id=1511%20PeaceWomen%20Across%20the%20Globe%20-%20WikiPeaceWomen

- Baum, W. J. (2006). Compreender o behaviorismo. Porto Alegre, RS: Artmed Editora. (Trabalho original publicado em 1994).
- Goldiamond, I. (1976). Protection of human subjects and patients: A social contingency analysis of distinctions between research and practice, and its implications. *Behaviorism*, 4, 1–41.
- Skinner, B. F. (2014). *Science and Human Behavior*. Cambridge, MA: The B. F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1953).
- Terry et al. (2010). FAP and Feminist Therapies: Confronting Power and Privilege in Therapy. In J. Kanter, M. Tsai, & R. Kohlenberg (Eds.), *The Practice of Functional Analytic Psychotherapy* (p. 97-122). Nova York, NY: Springer-Verlag.

2.2 LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS

O processo de interpretação conceitual se constituiu inicialmente pela etapa de levantamento dos principais conceitos dos textos analisados. Como o presente estudo partiu da obra de Saffioti (2004/2015), foram levantados os conceitos centrais empregados pela autora para analisar o patriarcado, tais como “poder” e outros que gravitam em torno dele, como “dominação”, “exploração” e “opressão”.

A partir desse levantamento obtido na área da sociologia, foram buscados esses mesmos conceitos na literatura analítico-comportamental, considerando-os na perspectiva dessa abordagem, e a forma como eles já foram definidos ou utilizados em análises feitas por autores como: Skinner (1953/2014), Baum (1994/2006) e Terry et al (2010).

2.3 ANÁLISE

Uma vez levantados e descritos os conceitos de “poder”, “dominação”, “exploração” e “opressão” em ambas as áreas de estudo, foi realizada uma análise que levava em conta exemplos de (1) dados comparativos entre homens e mulheres em diferentes segmentos da sociedade (tais como salários para mesmas funções, representação em cargos políticos, número entre vítimas de crimes de violência sexual, entre outros) e (2) exemplos hipotéticos de comportamentos que poderiam ser

caracterizados como “patriarcais”, como será melhor descrito adiante. Inicialmente, essa análise se baseou em algumas compatibilidades teóricas entre os autores, e a partir dessa base similar comum, alguns desses exemplos foram analisados à luz do modelo da tríplice contingência analítico-comportamental e ofereceram suporte para descrições mais sólidas sobre como se organizam algumas regras e contingências tidas como patriarcais. Essas análises ofereceram caminhos para a etapa seguinte que sumariza uma definição mais concisa sobre o patriarcado de uma perspectiva analítico-comportamental.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa etapa consistiu em oferecer uma síntese sobre uma definição do que é o patriarcado e quais os aspectos que o compõe a partir das análises levantadas nas etapas anteriores, buscando contemplar a interdisciplinaridade entre as áreas por meio de uma articulação teórica entre a obra da sociologia e de uma autora feminista, e da literatura analítico-comportamental.

3 O PATRIARCADO

3.1 A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Para início da análise, Saffioti (2004/2015) estabelece uma distinção conceitual fundamental que vai embasar os argumentos apresentados ao longo de sua obra. Para a autora, existe uma confusão entre os conceitos: igualdade/diferença, desigualdade/identidade. Embora no senso comum a palavra “diferença” seja usada em contraposição a palavra “igualdade”, na concepção da autora a palavra que se contrapõe à “diferença” é “identidade”⁷, enquanto que a palavra que se contrapõe à “igualdade” é “desigualdade”.

Quando Saffioti (2004/2015) argumenta que a verdadeira contraposição à

⁷ Embora o termo “identidade” tenha outros significados no senso comum, estará sendo mantido o termo usado pela autora já que ela usa o termo “identidade” como sinônimo de idêntico. Do latim, o termo “identidade” vem de “idem”, como qualidade daquilo que é idêntico, ou estado de uma coisa que não se modifica.

palavra “diferente” é a palavra “idêntico”, ela faz uma defesa de que as identidades, assim como as diferenças, são muito bem-vindas em uma sociedade democrática. A existência de indivíduos e grupos sociais idênticos e diferentes entre si é o que reflete um multiculturalismo social. Ela parte da premissa de que o par diferença/identidade também pertence à esfera do orgânico, biológico, como é o caso das diferenças entre pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. Essas diferenças, por si só, são de ordem física, onde corpos masculinos e femininos são diferentes entre si. Não se trata, portanto, de se combater esse tipo de diferença; o que precisa ser combatido, a fim de se promover uma sociedade mais equilibrada, pertence a outra esfera que não a orgânica, mas sim a política.

Por essa razão que a autora insiste na distinção entre os termos “diferente” e “desigual” pois, para ela, tratam-se de grandezas de natureza distintas, em que o par desigualdade/igualdade extrapola a ordem do biológico e penetra na esfera do político. Portanto, em relação às pautas dos movimentos feministas, falar em termos de desigualdade/igualdade é falar em termos da experiência histórica-social entre mulheres e homens ser distinta, que aponta para o abismo político existente nessas experiências:

Assim, as práticas sociais de mulheres podem ser diferentes das de homens, da mesma maneira que, biologicamente, elas são diferentes deles. Isto não significa que os dois tipos de diferenças pertençam à mesma instância. A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo mas também em termos de qualidade, a participação de umas é distinta da de outros. (Saffioti, 2004/2015, p.124)

Quando a autora ressalta que a participação política em termos de experiência social é distinta entre os homens e as mulheres, ela expõe a esfera política do par igualdade/desigualdade. A desigualdade que existe entre as mulheres e os homens se refere à forma como as mulheres sempre participaram da sociedade, historicamente, estando situadas mais à margem de ocuparem certos postos de trabalho e de centros de tomada de decisões, do que os homens. Um exemplo claro dessa marginalização política das mulheres aparece no direito ao voto: No Brasil, embora as mulheres brasileiras tenham conquistado o direito ao voto no código eleitoral de 1932, o voto obrigatório era exigido de homens alfabetizados, enquanto que mulheres só poderiam votar se assim quisessem seus pais (no caso das solteiras) ou seus maridos (no caso das casadas) (Álvares, 2008). Outro exemplo mais recente de como a desigualdade

entre os gêneros é vivida pelas mulheres através de uma experiência de marginalização histórica é na participação escassa de sistemas político-partidários. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) na categoria “Vida pública e tomada de decisão” é traçado um comparativo entre os assentos na câmara dos deputados ocupados por mulheres no Brasil e no mundo. Enquanto no mundo essa taxa (que também não é alta) é de 23,6%, no Brasil, apenas 10,5% dos assentos na câmara dos deputados são ocupados por mulheres. O IBGE (2018) também destacou que embora desde 1995 o Brasil possua uma legislação que prevê cotas eleitorais reservando às mulheres um percentual mínimo das candidaturas, somente em 2009 essas cotas se tornaram obrigatórias. Para Saffioti (2004/2015), o fato de que as posições de grandes tomadas de decisões e centros de poder sejam ocupadas majoritariamente por homens é que demonstra o profundo abismo que há entre as experiências históricas das mulheres e dos homens na sociedade. Em poucas palavras, é o que escancara a existência da desigualdade política entre os gêneros.

Além da marginalização feminina nos postos de trabalho, Saffioti (2004/2015) analisa que essa desigualdade aparece nos números de vítimas de violência. A experiência social de homens e mulheres também pode ser observada a partir da composição dos grupos nas estatísticas de violência sexual e doméstica: grupos de agressores e grupos de vítimas. Ela expõe os dados de uma pesquisa sobre abuso incestuoso realizada no período entre 1988 e 1992 na qual investigou-se o relato de crianças que foram alvos de abuso sexual perpetrados por seus pais. Dentre as vítimas, a autora descreve que a esmagadora maioria é de meninas que representam cerca de 90% desse universo. E, dentre os agressores, sexuais, a presença masculina está entre 97% e 99%. Não se nega que homens e meninos não possam ser alvo de violência sexual e compor as estatísticas das vítimas; o que se aponta, porém, é que esse tipo de crime é, sistematicamente, mais praticado por pessoas do sexo masculino, e contra pessoas do sexo feminino. A predominância de pessoas do sexo feminino não está só nas estatísticas de vítimas infantis, como também dentre as vítimas de estupro como um todo: De acordo com os dados mais recentes publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2015), a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil.

3.1.1 PODER

Os dados acima apresentados sobre a (1) marginalização feminina de postos de trabalho e centros de tomada de decisões e a (2) composição de vítimas de violência sexual majoritariamente ser feminina, ilustram não só que existe uma desigualdade política entre homens e mulheres, mas como também uma hierarquia com primazia masculina na qual há um notório prejuízo para as mulheres. Saffioti (2004/2015) ressalta essa organização social hierárquica entre os homens e as mulheres para respaldar seu argumento de que essa organização reflete uma “estrutura de poder” na qual a primazia masculina indica que os homens concentram mais poder em detrimento das mulheres.

Saffioti (2004/2015) utiliza o termo “estrutura” para descrever a forma como as relações sociais entre homens e mulheres estão organizadas. Porém, é importante ressaltar que ela não faz uso da palavra “estrutura” exclusivamente, ela se utiliza do termo “estrutura de poder” para analisar que as relações entre homens e mulheres estão desniveladas em termos de *acesso ao poder*. Enquanto de um lado essa estrutura de poder garante aos homens privilégios, do outro, as mulheres não tem acesso a tais privilégios e se situam em posição de subalternidade dentro dessa estrutura.

No primeiro momento que Saffioti (2004/2015) se vale da noção de “estrutura de poder” em sua obra é para defender que ela é reflexo de uma ideologia sexista. O termo ideologia, por ela empregado, está sendo usado não como algo que paira acima das relações sociais observáveis, como algo intangível materialmente, mas sim como algo concreto, passível de ser descrito e/ou mensurado:

O ponto de vista aqui assumido permite ver a ideologia se corporificando em sentido literal e em sentido figurado. Com efeito, este fenômeno atinge materialmente o corpo de seus portadores e daqueles sobre quem recai. . . O sentido figurado da corporificação das ideologias em geral e da sexista em especial reside no vínculo arbitrariamente estabelecido entre fenômenos: voz grave significa poder, ainda que a pessoa fale baixo. (Saffioti, 2004/2015, pp. 132)

Nessa análise, a autora destaca que a ideologia não se refere a fenômenos “abstratos” ou “subliminares”: ao usar o termo “corporifica” isso equivale a dizer que a ideologia se refere a dimensão do palpável nas relações sociais, envolvendo comportamentos passíveis de serem observados e descritos, assim como a equivalência entre estímulos arbitrários, que fortalecem o sentido de “figurado”

levantado pela autora, como por exemplo no estímulo “voz grave” e o homem na posição de poder. Já o termo “sexista”, utilizado por ela, também como sinônimo de “machista”, é usado para qualificar a ideologia em análise. A ideologia sexista/machista pode ser identificada em todo comportamento e relação social que esteja sob controle da regra de que há uma suposta “superioridade masculina” e que, por sua vez, fortalece a concentração de poder nas mãos dos homens.

Vale ressaltar que, para Saffioti (2004/2015), a ideologia sexista/machista, embora reflita uma estrutura de poder que favoreça que homens possuam mais privilégios em detrimento das mulheres, algumas vezes propicia que esse funcionamento social também prejudique os homens, embora o prejuízo maior seja sempre das mulheres:

Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do *poder* [itálico nosso]. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. (Saffioti, 2004/2015, p. 37)

Quando Saffioti (2004/2015) sistematiza e sintetiza em sua obra os motivos pelos quais deve-se manter o uso do termo “patriarcado” ela retoma que é porque o termo remete a uma “estrutura de poder” que se baseia na ideologia sexista/machista. Desse modo, é por isso que ela argumenta que a ideologia sexista/machista e o patriarcado são conceitos indissociáveis.

Dessa forma, seja a partir de dados da composição de cargos de grandes tomadas de decisões, ou a partir da constatação de dados concretos de violência cometidas por indivíduos que pressupõem uma suposta “superioridade masculina”, é possível pormenorizar que a chamada estrutura de poder mantém e é mantida pelas condições sociais que favorecem a concentração de poder na mão de homens em detrimento das mulheres, ou seja, se trata de uma estrutura que se retroalimenta. Saffioti (2004/2015) define o patriarcado como “estrutura de *poder* [itálico nosso] que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana” (p. 145). A autora coloca como central, para a análise do patriarcado, que a estrutura apontada como descritora da forma como se dá a organização social das

relações entre homens e mulheres seja substancialmente baseada no poder. Para a autora, não há forma de analisar como operam a ideologia sexista/machista e o patriarcado sem considerar os efeitos que o poder produz para a relação hierárquica existente entre os homens e as mulheres.

Porque Saffioti (2004/2015) insiste em não tratar as relações sociais entre homens e mulheres apenas nos termos de gênero, mas também em falar sobre o patriarcado, é que justifica a importância que ela dá ao conceito de poder. Ela não descreve as relações sociais entre homens e mulheres apenas como uma “estrutura” social que produz estereótipos de gênero, ela aponta que as relações entre homens e mulheres é hierárquica e que produz consequências mais prejudiciais para as mulheres porque existe uma concentração desigual de poder entre os gêneros. Portanto, para ela, só é possível pensar o patriarcado a partir do poder.

Segundo Saffioti (2004/2015), o seu uso do termo “poder” tem como base a obra *Microfísica do poder* (Foucault, 1981), que defende que o “poder” não se refere a algo que o indivíduo possa tomar para si, como se, isoladamente, um sujeito o detivesse. Ou seja, para ela poder não é algo internalizado, mas sim expresso externamente nas relações interpessoais. Na perspectiva adotada pela autora, o poder aparece concretamente nas relações sociais, sendo estabelecido entre as partes; não é algo interno, inerente aos indivíduos, mas sim criado socialmente; assim sendo, ele é dinâmico, não algo estanque do qual o sujeito possa se apropriar. Por esse motivo que, a depender do contexto social em vigor, o indivíduo pode tanto exercer o poder quanto sofrer de sua ação. Uma mulher, por exemplo, não “possui” menos poder que seu companheiro simplesmente por ser mulher, mas sim essa desigualdade de poder passa a ser estabelecida na relação entre eles quando, por exemplo, o homem começa a ditar os horários em que ela pode sair de casa, a quantidade de dinheiro que ela gasta, as pessoas com quem ela se relaciona, etc. É nessa prática concreta que se diz que o homem tem mais poder que a mulher. Ele é desigual sempre que uma das partes pode alterar as condições de vida da outra, de modo que essa alteração produza benefícios para uma das partes e prejuízos para a outra. O que caracteriza o patriarcado, nas relações entre gêneros, é que essa desigualdade é sempre caracterizada por manter os homens com mais privilégios, desse modo também, maior poder aos homens.

Como as pessoas vivem em sociedade, para analisar o patriarcado não basta descrever as relações individuais nas quais homens são detentores de mais poder que

as mulheres; é preciso descrever as condições sociais que mantêm o funcionamento dessa estrutura de poder.

Em resumo, o importante a destacar na proposta de Saffioti (2004/2015) é que a sua concepção de poder pode ser analisada na possibilidade de que as ações de uma das partes (a mais poderosa) altere as condições de vida da outra (a menos poderosa), sendo os benefícios e privilégios dessa relação concentrados na primeira, e o prejuízo sistemático na segunda. Três aspectos são básicos nessa concepção: 1) o poder é contextualista, ou seja, estabelecido na relação com o ambiente social; 2) ele é aprendido, isto é, é desenvolvido ao longo da vida; 3) é social, pois só ocorre na convivência entre dois ou mais indivíduos, sendo estabelecido e mantido por regras que são criadas e mantidas ao longo das gerações. Contudo, sendo comportamento, ele é dinâmico, não imutável. Com base nessa concepção de poder, ela trata o patriarcado como a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, que pode ser identificado em práticas sociais que vão contribuir para situar as mulheres em um grupo menos privilegiado em relação ao grupo ao qual homens pertencem, em todas as áreas da convivência humana, quer pública ou privada.

3.1.2 RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO

A forma como as relações de poder estão dispostas na sociedade irá indicar, conforme exposto anteriormente, a existência de um abismo político entre homens e mulheres em termos de privilégios. No entanto, pensar na organização social patriarcal não se resume apenas em afirmar que existem privilégios desiguais entre homens e mulheres, é necessário apontar também, de acordo com Saffioti (2004/2015), para o direcionamento daquilo que a autora chama de “vetor” da violência: o sentido para o qual caminha a direção do regime de dominação-exploração do patriarcado.

Uma das definições sintetizadas que a autora faz a respeito do patriarcado é a de que se trata de um regime de “dominação-exploração” das mulheres pelos homens. Conforme menciona: “[O patriarcado] não tem a pretensão da generalidade ou da neutralidade, deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. . . Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política” (Saffioti, 2004/2015, p. 148). Portanto, analisar o patriarcado por essa ótica do regime de dominação-exploração não se limita

em apenas afirmar que há uma concentração de poder desigual entre homens e mulheres, mas que essa desigualdade de poder não só favorece como também se fortalece a partir de práticas de violência que partem, sistematicamente, na direção de homens contra mulheres.

Isso significa dizer que, ao analisar o patriarcado, é possível traçar uma relação entre essa desigualdade de poder entre homens e mulheres e o vetor da violência, pois se trata de um fluxo que se retroalimenta. Se por um lado essa desigualdade de poder promove que homens usufruam de privilégios econômicos em detrimento das mulheres,⁸ e que isso dificulta que mulheres vítimas de agressão possam sair de uma situação de violência doméstica – pois elas acabam estando dependentes economicamente de seus parceiros- , por outro lado, o fato de que a maioria das vítimas de violência doméstica seja composta por mulheres favorece que elas continuem com acesso restrito ao poder e aos privilégios sociais e econômicos destinados aos homens, o que portanto fortalece a existência de uma primazia masculina na hierarquia patriarcal.

Não apenas esses dispositivos de menores salários para as mulheres favorece um cenário de desvantagem em relação a situação de violência, como há também dispositivos jurídicos que reforçam a lógica patriarcal de dominação-exploração da mulher dentro do casamento, como é o caso da lei de estupro marital: No Brasil, apenas em 2009 foi modificada a Lei n. 12.015⁹ com a remoção da cláusula que extinguiu a pena para acusados de estupro quando envolvia o casamento do agente com a vítima, isto é, se uma mulher fosse coagida pelo seu marido a praticar qualquer ato libidinoso contra a sua vontade, esta não seria considerada vítima de estupro na legislação antiga, pois a justiça não considerava ser estupro a ação do marido contra sua esposa já que a relação sexual entre pessoas casadas era lida como uma das “obrigações” do contrato do casamento. Em outras palavras, o vetor de violência patriarcal, partindo de homens contra mulheres, não só tinha respaldo jurídico como também favorecia que mulheres violentadas se mantivessem em silêncio perante

⁸ Dados recentes de 2016 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que as mulheres ganham 77% do salário que os homens recebem para executar o mesmo tipo de função, e que a estimativa é de que a paridade salarial entre mulheres e homens ainda levará mais de 70 anos para ser alcançada.

⁹ A lei de nº 12.015, que foi modificada em 7 de agosto de 2009, trata dos crimes contra a dignidade sexual. Conforme consta no Art. 213, ela se refere a constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

situações de violência sexual. Esse conjunto de fatores contribui, não apenas para a manutenção de uma organização patriarcal de sociedade (ou seja, para a continuidade da concentração de poder nas mãos de homens), como para a perpetuação da dominação-exploração sobre as mulheres.

No que se refere ao conceito de dominação pelos homens sobre as mulheres, Saffioti (2004/2015) critica a conceituação sobre dominação exposta por Weber (1964), que parte de uma visão tripartite de sociedade, isto é, uma visão que divide a sociedade em três esferas: a política, a econômica, e a social. Na perspectiva weberiana, nem todo processo de dominação irá se servir de meios econômicos ou terá fins econômicos. Assim, o termo “dominação”, usado para se referir ao regime patriarcal, deixa implícito que a dominação está sendo situada apenas no campo político, enquanto que a exploração estaria situada no terreno do econômico. Como a visão de sociedade da qual a autora parte não é a visão tripartite, a esfera política não atuaria de forma separada da econômica e, portanto, o processo de dominação não deveria ser visto como algo que se separa do processo de exploração pois, para ela, tais processos constituem duas faces de um mesmo fenômeno. É por esse motivo que ela defende tanto o uso da expressão “dominação-exploração” quanto o uso da “exploração-dominação” (como sinônimas) dos homens sobre as mulheres para se referir a organização do regime patriarcal.

Posteriormente, Saffioti (2004/2015) retoma a perspectiva weberiana de dominação para ressaltar como se configura a subordinação: para ela, o processo de dominação presume a existência da subordinação, e que para continuar dominando, deve-se manter as pessoas que seriam “subordinadas” nessa posição. Embora a subordinação implique em um indivíduo que esteja “atuando”, essa “atuação” não é equitativa entre as partes:

Portanto, está dada a presença de, no mínimo, dois sujeitos. E sujeito *atua* sempre, ainda que situado no polo de dominado. Se o esquema de dominação patriarcal põe o domínio, a capacidade legitimada de comandar, nas mãos do patriarca, deixa livre aos seus subordinados, homens e mulheres, especialmente estas últimas, a iniciativa de agir, cooperando neste processo, mas também *solapando suas bases* [itálico nosso]. (Saffioti, 2004/2015, p. 125)

Com isso, a autora expõe que a subordinação não se trata simplesmente da ação de alguém que esteja “obedecendo ao(s) dominador(es)” apenas, mas sim de uma configuração social que não oferece condições para que essas pessoas saiam da

posição de subordinadas. A autora não nega que exista atuação de ambas as partes, mas que embora haja atuação dos sujeitos que ocupam a posição de “dominado(s)/subordinado(s)”, essa atuação é restrita e limitada. A autora faz referência, portanto, à essa limitação da atuação de homens e mulheres, sobretudo de mulheres, quando afirma que os subordinados estão com suas bases solapadas. Mais adiante, quando afirma que “no patriarcado, . . . obviamente atuam as duas partes” Saffioti (2004/2015, p. 125) defende a necessidade de entender que a atuação dos homens é muito distinta da atuação das mulheres porque eles partem de lugares de poder que não são equitativos. Desse modo, é correto considerar que as mulheres também atuam, mesmo que subordinadas. Porém, em um regime de dominação-exploração a atuação dos que ocupam a posição de subordinado(s) não se iguala à atuação dos que ocupam a posição de dominador(es), uma vez que isso implicaria que ambas as partes desfrutassem do mesmo poder, o que não é o caso. Ou seja, como homens concentram mais poder do que mulheres, não é possível equiparar a atuação das mulheres no regime patriarcal com a atuação de homens. Para ilustrar esse cenário, Saffioti (2004/2015) cita como exemplo a distinção entre o consentir e o ceder: “Se uma mulher é ameaçada de estupro por um homem armado e resolve, racionalmente, ceder, a fim de preservar o bem maior, ou seja, sua vida, sua atitude atuará contra ela” (p. 126). Isso significa que, a mulher até atua em um regime de dominação-exploração, mas as consequências a ela dispostas não permitem que ela atue com o mesmo número de possibilidades que um homem pode atuar. Portanto, não se trata de engessar os comportamentos dos dominados em comportamentos de “obediência”, mas sim de reconhecer que, com suas bases solapadas, os dominados acabam estando subordinados a um regime que limita sua esfera de atuação em níveis desiguais à esfera de atuação dos que são dominadores.

Essa categorização entre dominados *versus* subordinados em um regime patriarcal é importante para compreender que a sujeição das mulheres aos homens, seus dominadores, é sistemática. Em alguns momentos da sua discussão, Saffioti (2004/2015) nomeia essa relação como *opressão*. Embora não apresente uma definição precisa sobre esse conceito, ela parafraseia Hartmann (1979) para reafirmar que o patriarcado pode ser compreendido como um pacto masculino para garantir a *opressão* das mulheres, e afirma que “Esta soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão” (Saffiotti, 2004/2015, p. 112). Isso significa que a

opressão das mulheres no regime patriarcal abrange uma realidade que é resultado do processo de ser dominada/explorada. Embora considere que o sentido atribuído por Hartmann ao termo *opressão* é “ambíguo”, ela afirma que as mulheres são dominadas, exploradas e oprimidas de forma sistemática. Ou seja, Saffioti (2004/2015) analisa que se Hartmann (1979) utiliza a palavra “oprimidas” agregada às palavras “exploradas” e “dominadas”, estaria implícito que ela possui um sentido próprio independente do significado das outras.

Dessa forma, embora não defenda a mesma posição de Hartmann (1979) – de que o termo “oprimidas” possui um significado independente dos termos “dominadas” e “exploradas” – Saffioti (2004/2015) defende que suas perspectivas se aproximam quando compreende que o termo “oprimidas” se refere a um sub-produto da soma/mescla do processo de dominação-exploração do patriarcado.

Na continuidade da sua análise, Saffioti (2004/2015) defende que a opressão feminina não é vivida de forma homogênea por todas as mulheres, pois existem variáveis de classe social e de raça que compõe o que autora nomeia, metaforicamente, de “nó” para dar conta da fusão entre o patriarcado-racismo-capitalismo. Para a autora, essas três contradições apresentam qualidades distintas que não podem ser resumidas à uma mera soma quantitativa, isto é, não se trata de somar racismo, gênero e classe social, mas sim de perceber a complexidade da opressão que resulta desta fusão:

Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (Saffioti, 2004/2015, p. 123)

Isto significa que, de acordo com as contingências históricas, cada uma dessas contradições que integram o nó adquirem distintos “relevos” de modo que elas se distinguem entre si em termos qualitativos, e não quantitativos. Pensar, portanto, na metáfora do “nó” patriarcado-racismo-capitalismo remete ao que a autora nomeia de estrutura de poder que unifica as três ordens: de gênero, raça e classe social, mesmo que para fins analíticos a tendência seja de separá-las. Dados mais recentes que servem para ilustrar como a opressão feminina não é vivida homogeneamente entre as

mulheres¹⁰, e como a variável de raça, por exemplo, é uma variável importante desse “nó”, referem-se ao crescimento do número de mulheres encarceradas no Brasil até junho de 2016. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (2016), o número de mulheres encarceradas no Brasil cresceu 656%, sendo que aumentou o número de mulheres negras encarceradas (elas compõem 62% do total), enquanto que reduziu o número de mulheres brancas encarceradas. Esse dado evidencia que a vivência e a opressão sofrida por mulheres negras não pode ser igualada ou reduzida a vivência de mulheres brancas, uma vez que o racismo constitui uma das pernas desse “tripé”, de acordo com a análise da autora.

Já com relação ao eixo da “classe” que constitui o “tripé” do patriarcado-racismo-capitalismo, a autora também destaca que a opressão não é vivida de forma homogênea entre as mulheres de classe social mais baixa e mulheres de classe social mais alta, em função, por exemplo, de variáveis que impõe dificuldades às mulheres de classe social mais baixa no âmbito do trabalho e que atravessam a forma como elas sofrem a opressão patriarcal. Embora a autora destaque a importância de “classe social” para a análise, ela se aprofunda mais sobre o eixo do capitalismo especificamente em sua obra *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade* (Saffioti, 1976) quando abarca a realidade das mulheres operárias no cenário brasileiro.

Portanto, no que tange ao processo analítico, a autora aponta para a importância de reconhecer que as opressões, assim, não são vividas de forma homogênea pelas mulheres, já que existem tais atravessamentos que constituem parte do nó. Importante destacar que Saffioti (2004/2015) também faz uma ressalva sobre o prejuízo científico e político que se tem quando o “nó” patriarcado-racismo-capitalismo não é analisado como um todo: a autora defende a importância de que o processo de análise da opressão feminina seja sempre concebido através da influência das três ordens que constituem esse nó.

¹⁰ As mulheres não vivem a opressão de forma homogênea dado que existem diferentes categorias que se sobrepõem e que se “cruzam” em múltiplas formas de violência, tais como: o racismo, a transfobia, a lesbofobia, a bifobia, o classismo, o capacitismo, a xenofobia entre outros (Knudsen, 2006). No entanto, embora essas variáveis que se interseccionam sejam de extrema importância para a análise, se aprofundar sobre elas nesse momento fugiria do escopo do apresentado na obra de Saffioti (2004/2015).

3.2 A PERSPECTIVA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Coerente com o apresentado anteriormente, nesta seção trataremos principalmente dos três conceitos destacados por Saffioti (2004/2015) - poder, dominação-exploração e opressão – para então fazer uma abordagem analítico-comportamental do termo patriarcado.

3.2.1 PODER

O behaviorismo radical, filosofia que embasa a Análise do Comportamento, assume que processos comportamentais são processos biológicos, e como tais, são parte das ciências naturais (Baum, 1994/2006; Moore, 2008; Skinner, 1953/2014, 1974). Uma breve apresentação feita por Skinner (1991/1989) sobre um dos princípios fundamentais do behaviorismo radical (seleção pelas consequências) é a de que o comportamento deve ser compreendido sem o uso de explicações internalistas ou mentais. Dessa perspectiva, os eventos privados - que ocorrem “dentro da pele” - não são qualitativamente diferentes dos eventos observáveis que ocorrem “fora da pele”, pois ambos são considerados comportamentos que se manifestam a partir das condições presentes no ambiente, seja ele interno ou externo. Portanto, o behaviorismo radical não recorre a explicações essencialistas ou a “mecanismos mentais” para definir o que está causando um comportamento, mas sim compreende o comportamento a partir de interações que ocorrem entre o organismo e o ambiente, descrevendo-as em termos de relações funcionais, as quais são chamadas de contingências (Baum, 1994/2006; Moore, 2008; Skinner, 1953/2014). Nessa mesma linha filosófica, Baum (2011) estabelece a comparação entre os eventos comportamentais e processos básicos da biologia, tais como divisão celular, oxidação ou evolução. Todos são fenômenos que simplesmente existem na natureza e que podem ser descritos a partir das interações existentes entre o organismo e o seu ambiente.

Essa concepção não se limita apenas à esfera de comportamentos individuais, pois da mesma forma que contingências podem controlar comportamentos no âmbito individual, é proposto que elas também o fazem em interações sociais complexas (Skinner, 1953/2014). Ao analisar o comportamento social, ou seja, a interação de indivíduos no seu contexto cultural/social, Skinner (1953/2014) recorre numerosas

vezes ao termo “poder”. Embora não haja nenhuma passagem nessa obra em que esse termo seja explicitamente definido, ele é sempre considerado à luz das interações que ocorrem entre organismo e ambiente. Dessa forma, na concepção skinneriana, “poder” não é algo em si, intrínseco aos indivíduos: ele corresponde à identificação de que determinadas pessoas têm diferentes possibilidades de dispor contingências (reforçadoras ou punidoras) a outras. Assim, esse “domínio” de reforçadores ou punidores que podem ser alocados em contingências que controlam comportamentos de outras pessoas, caracterizaria o poder. Segundo Skinner, isso pode se dar tanto na relação entre apenas dois indivíduos, como também entre indivíduos que se organizam socialmente, ao que ele denomina “agências controladoras”, tais como a igreja, o governo, a psicoterapia, a educação e a economia (Skinner, 1953/2014, p. 333). Além do termo “poder” (que envolve as condições potenciais para que contingências sejam estabelecidas), Skinner também faz uso do termo “práticas controladoras”, que corresponde ao efetivo uso do poder, ou seja, a liberação desses reforçadores ou punidores nas interações sociais.

Portanto, como primeiro ponto a ser destacado na proposta analítico-comportamental de Skinner (1953/2014), relacionada ao uso do termo “poder”, é que há duas instâncias que precisam ser identificadas separadamente: 1) a possibilidade de uma pessoa (grupo ou instituição) ter domínio de reforçadores/punidores que podem ser utilizados nas suas relações sociais, e 2) o uso desses reforçadores/punidores nas interações sociais nas quais essa pessoa/grupo/instituição está envolvida. Segundo ele: “O grupo exerce um controle ético sobre cada um de seus membros, principalmente através de seu *poder* de reforçar ou punir” (Skinner, 1953/2014, p. 365).¹¹

Portanto, Skinner (1953/2014) correlaciona o termo “poder” ao grau de controle que é exercido por alguns indivíduos sobre outros. Quanto mais possibilidades de reforçar ou punir os outros, maior pode-se considerar o poder dessa pessoa ou agência e, nesse caso, surgem questões éticas relacionadas ao bom ou mal uso do poder: “Ao discutir as agências controladoras, nós nos preocupamos especificamente com certos tipos de *poder* sobre as variáveis que afetam o comportamento humano e com as práticas controladoras que podem ser empregadas em virtude desse *poder*” (Skinner, 1953/2014, p.334/335). (grifo nosso) (tradução

¹¹ Trecho original: The group exercises an ethical control over each of its members mainly through its power to reinforce or punish.

nossa).¹²

A análise skinneriana implica, portanto, que o poder é relativo, pois ocorre como parte das relações. Assim, um indivíduo pode ser poderoso em uma determinada relação e ser menos poderoso em outra. Como exemplo, um gerente de uma empresa que tem poder frente ao estagiário (podendo estabelecer contingências para o comportamento deste) mas não frente ao dono da empresa (que é quem tem mais possibilidades de disponibilizar reforçadores ou punidores para o seu comportamento).

Assumida essa proposta de se pensar o poder funcionalmente, surge a questão: mas afinal, seria possível identificar se existe alguma(s) variável(is) prévia(s) em comum nas relações em que existe desequilíbrio de poder entre os indivíduos?

Baum (1994/2006) descreve como a organização das relações sociais entre os indivíduos pode criar padrões prévios que possibilitam condições desequilibradas entre as partes. Estabelecido que toda relação social entre indivíduos se baseia em uma frequência mínima de interações entre as partes, ele descreve que nem sempre essas interações estarão servindo igualmente aos interesses de todas elas. A depender de como as relações se constroem, podem ser classificadas em equitativas ou desiguais:

Duas pessoas podem ser chamadas de parceiras equitativas quando suas interações incluem atos e reforçadores que, de ambas as partes, são do mesmo tipo. Se dois irmãos são afetuosos um com o outro, pedem e dão dinheiro um para o outro, e emprestam brinquedos ou ferramentas um para o outro, então podemos dizer que são parceiros equitativos . . . Em relações de desigualdade, a sobreposição entre ações e reforçadores de ambas as partes inexistente ou é pequena. Ana, a supervisora, distribui as tarefas, paga salários e recebe parte do lucro das vendas; Pedro, o empregado, trabalha e recebe salário. (Baum, 1994/2006, p. 218)

Portanto, uma relação social é ou não equitativa a depender de como se dá a troca de reforçadores/punidores entre os indivíduos (Baum, 1994/2006). Se as interações entre os indivíduos produzirem consequências que sejam reforçadoras/punidoras da mesma forma para ambas as partes, seria possível

¹² Trecho original: In discussing controlling agencies we are concerned specifically with certain kinds of power over variables which affect human behavior and with the controlling practices which can be employed because of this power.

qualificar a relação como equitativa. Porém, se houver um desequilíbrio na distribuição dessas consequências, isto é, um lado detiver maior acesso a reforçadores/punidores do que o outro, é possível nomear tal relação como não equitativa, ou uma relação de desigualdade. Baum (1994/2006) se vale do critério de desigualdade nas relações para estabelecer sua concepção sobre o poder:

A discussão sobre poder diz respeito ao grau de controle que cada parceiro exerce sobre o comportamento do outro. Quando os parceiros se beneficiam de forma desigual do relacionamento, aquele que obtém mais benefícios¹³ também tem mais poder. Esse maior poder, tanto quanto o maior benefício, é o que nos leva a denominar esse parceiro de controlador. (Baum, 1994/2006, p. 231)

O termo “controle” pode ter diversos significados e por isso é importante distinguir aquele derivado do senso-comum do que está sendo utilizado no presente trabalho. Enquanto no senso-comum o conceito de controle do comportamento é geralmente associado a noções negativas de autoritarismo, tiranismo ou manipulação indesejável, na Análise do Comportamento o conceito de controle é totalmente desprovido de significados valorativos: ele apenas denomina que a ocorrência de um evento altera a probabilidade de ocorrência de outro (Hunziker, 2011). Assim, se a ocorrência de A torna mais provável a ocorrência de B, diz-se que A controla B. Portanto, quando a pergunta é “o que controla esse comportamento?”, o significado analítico-comportamental dessa pergunta é: “que variáveis tornam esse comportamento mais provável?”

Com essa compreensão do termo “controle”, os exemplos de desigualdade utilizados por Baum (1994/2006) apontam que embora patrão e funcionário possam estar exercendo controle um sobre o comportamento do outro, cada uma das partes está obtendo consequências diferentes para si, sendo a desigualdade diretamente proporcional ao desequilíbrio de acesso a reforçadores/punidores que cada parte obtém. Dessa forma, é nas relações de desigualdade que se pode apontar diferenças de poder.

Dado que, por princípio, a relação de controle é sempre bidirecional (Catania, 1999/1998; Hunziker, 2011), dizemos que tanto quem detém mais acesso a reforçadores/punidores controla o comportamento do parceiro, quanto o parceiro, que que detém menos acesso a reforçadores/punidores, controla o outro. A diferença está

¹³ Na referida citação, embora Baum (2006) utilize o termo “benefício”, o termo será equivalente ao termo “reforçadores” no presente trabalho.

no grau de controle possível, que qualifica esse controle como equitativo ou desigual. Ou seja, a parte que tem mais possibilidade de estabelecer as contingências nas quais se insere a outra e/ou obtém mais reforçadores em função da relação, é a parte que detém mais poder.

Para ilustrar melhor essa relação, retoma-se o exemplo do patrão e do funcionário. O patrão controla o comportamento do funcionário, e o funcionário controla o comportamento do patrão. Esse controle, no entanto, é desigual pois não apenas o patrão tem a possibilidade de, via de regra, estabelecer mais contingências para o comportamento do funcionário, como cada uma das partes está obtendo diferentes ganhos para si, sendo o patrão quem desfruta de maior acesso a elementos que possam vir a ser reforçadores em decorrência da relação (tal como ganhos financeiros). Portanto, trata-se de uma relação desigual, na qual o patrão usualmente tem mais poder.

Conforme Skinner (1953/2014) ressaltou, em virtude da possibilidade de o patrão ter mais possibilidades de disponibilizar reforços ou punições para o funcionário, ele pode efetivamente exercer esse poder empregando determinadas práticas controladoras na relação com seus funcionários, que podem ser mais ou menos éticas, ou seja, mais ou menos aceitáveis socialmente. Supondo que o patrão “A” resolva reduzir o salário do funcionário caso ele não atinja a meta de produção da empresa, ele estará exercendo uma prática controladora que aumenta ainda mais a defasagem de reforçadores gerados na relação para uma e outra parte. Em outro exemplo, supondo que o patrão “B” resolva estabelecer uma política de distribuição de lucros para os funcionários da empresa, pode-se considerar que ele, mesmo detendo mais poder na relação, emprega uma prática controladora que reduz a disparidade dos reforçadores gerados na relação, produzindo uma relação menos desequilibrada em comparação com o patrão “A”. Assim, é possível analisar que ambos padrões, “A” e “B”, são igualmente poderosos na relação com seus funcionários, mas eles diferem quanto às suas práticas controladoras, sendo a primeira relação mais desequilibrada que a segunda.

De uma maneira geral, ao se falar de relações de poder, usualmente estamos nos referindo àquelas onde há, em maior ou menor grau, o desequilíbrio citado. Independentemente da escolha de quais práticas controladoras o patrão irá empregar com o seu funcionário (exercício do poder), há entre eles uma base desigual que confere ao patrão mais poder do que ao seu funcionário. A questão que se coloca é:

Quais são as variáveis que controlam o uso do poder? Ou seja, por que o padrão “A” exerce seu poder aumentando as disparidades enquanto o padrão “B” age nos sentido de reduzi-las? Se ambos têm mais poder que seus funcionários, o que controla o comportamento de exercer esse poder de forma tão diferente por parte de cada padrão?

As questões até aqui consideradas mostram a relevância de se destacar, nesse tipo de análise, a diferença entre *ter* e *exercer* o poder. No presente estudo, interessamos especialmente as considerações sobre as contingências que controlam o exercício do poder. Assim, temos que nos ater, inicialmente, na análise proposta por Baum (1994/2006) em relação à qualificação das práticas controladoras como: 1. Equilibradas, ou seja, aquelas que beneficiam equitativamente as duas partes da relação, ou e 2. Desequilibradas, aquelas que beneficiam mais acentuadamente uma das partes da relação.

Conforme descrito por Baum (1994/2006), uma das condições sociais que possibilita esse cenário é a desigualdade do acesso a reforçadores. *O que determina que alguns indivíduos disponham de maior acesso a reforçadores do que outros?* Uma primeira classe de fonte de poder pode ser o próprio comportamento do indivíduo, que gera reforçadores que ele pode disponibilizar em contingências estabelecidas para os outros. Por exemplo, uma pessoa que trabalha, acumula uma certa quantia de dinheiro e com isso pode pagar empregados para fazer determinadas tarefas para seu benefício. Porém, há outras fontes de obtenção de reforçadores que não são necessariamente contingentes ao comportamento dos indivíduos. Por exemplo, alguns indivíduos têm poder derivado de sua classe social, raça ou gênero. A esse tipo de poder, cuja origem não é contingente ao comportamento da pessoa, Terry et al. (2010) denominaram “privilegio”.

A despeito dos muitos significados do termo “privilegio” no senso comum, no presente trabalho o termo será utilizado apenas no sentido de estabelecer que o acesso aos reforçadores/punidores que podem ser utilizados nas relações sociais de determinada pessoa ou grupo se deu de forma não contingente ao seu comportamento. Por exemplo, mesmo exercendo iguais funções, a remuneração é diferenciada em função da raça: segundo dados divulgados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Atal, Ñopo e Winder, 2009), a população indígena e negra ganha em média 28% a menos que a população branca da mesma idade e nível de instrução. Ser branco, negro ou indígena não é consequência do comportamento dos indivíduos, mas é uma condição “dada”, o que caracteriza que o grupo de pessoas

brancas, desse exemplo, é mais privilegiado que os demais. Segundo Terry et al (2010): “. . . o privilégio normalmente opera de forma invisível, sendo uma fonte indetectável de influência particularmente por aqueles que se beneficiam dela”¹⁴ (Terry et al. 2010, p. 106) (tradução pessoal).

Sendo assim, o conceito de privilégio descreve o desequilíbrio previamente existente no acesso a reforçadores/punidores entre as partes, sem que a posse desse reforçadores/punidores seja contingente ao seus comportamentos. O mesmo pode-se dizer em relação a classe socioeconômica na qual a pessoa nasce: ela é dada, não conquistada em função dos seus comportamentos. Dentro dessas considerações, podemos dizer que uma pessoa nascida rica é privilegiada em relação a uma pessoa e pobre porque a pessoa nascida rica dispõe de maior acesso a reforçadores/punidores que poderão ser utilizados nas contingências estabelecidas na sua relação com a pessoa pobre. Se somarmos o fator raça ao da classe socioeconômica, teremos uma disparidade ainda maior entre uma pessoa branca/rica e outra negra/pobre. Essa condição de desequilíbrio entre as partes dessa relação favorece um cenário, *a priori*, de maior poder para a pessoa branca/rica.

Outros analistas do comportamento também vêm discutindo a questão do poder (Sá, 1983; Guerin, 1994; Biglan, 1995), sendo unanimidade que: 1) O poder não se trata de uma “coisa” ou de uma “entidade” que as pessoas podem possuir para si, mas é um conceito funcional que se estabelece nas relações sociais; 2) A análise sobre o poder deve prescindir de causas internalistas e apenas derivar da descrição sobre como estão organizadas as relações sociais, ou seja, da descrição de comportamentos e consequências que se dão ao longo da interação entre diversas pessoas. Conforme afirmam Terry et al. (2010):

Poder não é um atributo individual, característica ou traço de personalidade. Consistente com a teoria do behaviorismo radical, o poder é encontrado na relação entre comportamento e consequência, isto é, na relação de reforço¹⁵. (Terry et al. 2010, p.107) (tradução nossa)

Portanto, nessa perspectiva, a análise do poder deve necessariamente envolver a identificação das contingências sociais, ou seja, das interações que se dão no

¹⁴ Trecho original: “Thus, privilege typically operates invisibly, undetected as a source of influence particularly by those who benefit from it” (Terry et al. 2010, p. 106)

¹⁵ Trecho original: Power is not an individual attribute, characteristic, or personality trait. Consistent with radical behavioral theory, power is found in the relationship between behavior and consequence, that is, the reinforcement relation. (Terry et al. 2010, p.107)

ambiente no qual o indivíduo atua, de forma que só se pode pensar as relações de poder como relativas a um contexto. Nesse sentido, deve-se buscar no contexto ambiental/social as origens das condições que possibilitam que haja desequilíbrio de poder em uma relação.

Na continuidade da nossa análise, iremos dar destaque a esse poder privilegiado, que existe sem ser contingente a qualquer comportamento de quem o detém, sendo suficiente o fato de a pessoa pertencer a um grupo que historicamente detém esse poder. Conforme já analisado, essa noção de privilégio envolve desequilíbrio nas relações, o qual pode ocorrer em diferentes magnitudes. A depender da magnitude dessas diferenças de poder, a relação pode ser caracterizada como dominação, exploração e opressão, conforme segue.

3.2.2 RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO

A análise dos termos que qualificam o tipo de poder se dá sobre as mesmas bases que a utilizada na análise do poder em si: eles são sempre relativos a um contexto, não existindo “por si”, inerentes aos indivíduos, como se fossem aspectos de suas “essências”; essa classificação é sempre relativa ao acesso a reforçadores/punidores que decorrem de relações de poder desiguais.

Como mencionado anteriormente, as práticas controladoras desiguais aumentam o acesso a reforçadores pelos indivíduos mais poderosos e reduzem (ou mantêm restrito) esse acesso aos indivíduos menos poderosos. Baum (1994/2006) chamou essa prática de *exploração*. Em um dos trechos de sua obra, quando ele analisa o que é a exploração, ele retoma a análise de Skinner (1953/2014) sobre o “escravo feliz” e de crianças que trabalhavam em fábricas:

. . . o escravo-feliz se sente contente a curto prazo e pode vir a descobrir que está sendo explorado só muito tempo depois. Sentindo-se contente, porque seu comportamento está sendo reforçado positivamente, os escravos felizes não tomam qualquer medida para corrigir sua situação. Crianças que trabalhavam em fábricas, no século XIX, eram pagas com regularidade e frequentemente eram objetos de outros cuidados; e, no geral, estavam bastante satisfeitas . . . Do ponto de vista da parte explorada, o problema com a exploração é que, a longo prazo, ela implica punição. (Baum, 1994/2006, p.221)

O que é relevante nessa análise de Baum (1994/2006) é que o elemento explorado sempre é prejudicado: mesmo quando essa exploração se dá mediante

contingências de reforçamento positivo, aparentemente benéficas ao explorado, é crítico que se analise o prejuízo que ocorre a longo prazo. Dois aspectos são merecedores de destaque. O primeiro é que Baum propõe uma análise ampla que considera não apenas as contingências imediatas, mas as consequências de longo prazo das relações que envolvem desigualdade de poder. Em segundo, ao retomar a análise sobre o “escravo feliz” e as crianças trabalhadoras das fábricas, ele destaca que a exploração não se dá apenas mediante contingências explicitamente aversivas, mas pode envolver também contingências de reforço positivo. Mesmo que de maneira aparentemente contraintuitiva, contingências de reforçamento positivo podem ser parte central de práticas controladoras que estejam beneficiando desequilibradamente a parte mais poderosa em detrimento da parte menos poderosa.

Considerando as partes envolvidas nessas relações de desequilíbrio, Baum emprega os termos “explorador” e “explorado” para se referir à parte que se beneficia da relação, e a parte que é prejudicada, respectivamente. Segundo ele, uma das variáveis que permite nomear uma relação de exploração é a comparação entre as consequências obtidas entre as partes da relação:

O estímulo discriminativo para o comportamento de chamar uma relação de exploradora ou iníqua é uma comparação de consequências. As consequências para uma pessoa ou grupo são comparadas com as consequências para outra pessoa ou grupo. Por exemplo, é justo para as mulheres receber menor remuneração que os homens pela mesma tarefa? (Baum, 1994/2006, p. 223).

Se por um lado Baum (1994/2006) faz uso do termo “exploração” para descrever essa dinâmica das relações, Terry et al (2010) utilizam o termo *dominação* no contexto das discussões sobre privilégio, e a existência de grupos dos *dominantes* e grupos dos *dominados*. Na nossa leitura, ambas as análises são similares, o que torna os termos exploração e dominação sinônimos (idem para explorador/explorado e dominador/dominado). Em função desse nosso entendimento, a partir de agora vamos utilizar apenas o termo exploração para nos referir ao processo de desequilíbrio de poder em estudo.

Segundo Terry et al. (2010), quando essa relação de exploração está baseada num desequilíbrio de poder em função da desigualdade de privilégios, com essa exploração se repetindo sistematicamente e mantendo o grupo de pessoas privilegiadas com maior acesso a reforçadores e o grupo de pessoas não privilegiadas com esse acesso restringido, essa relação é denominada *opressão*: “Indivíduos que

pertencem aos grupos que são sistematicamente oprimidos ou aos grupos dos não privilegiados” (p. 112). Além disso, as autoras também consideram que ambientes *opressivos* limitam e restringem a expansão do repertório comportamental de pessoas que estão no grupo “explorado”. Desse modo, pode-se entender que a opressão descreve relações de poder em que o emprego de práticas controladoras exploratórias se mantém, sistematicamente, em função da diferença de acesso a privilégios entre as partes. Ou seja, quando a parte mais privilegiada está explorando a parte menos privilegiada, ela possibilita que os grupos mais privilegiados continuem se beneficiando e os grupos menos privilegiados se prejudicando.

Um dos principais subprodutos dessas relações opressoras pode ser apontado no conceito da restrição de *liberdade*. De acordo com Goldiamond (1976), o conceito de “liberdade” pode ser objetivamente analisado em função do número de contingências alternativas disponíveis para as partes em uma dada relação social que envolve escolha. Nesse contexto, o número de alternativas definiria o grau de liberdade a que estão expostas as pessoas componentes da relação. Contudo, ele destaca que essa análise deve considerar apenas as escolhas “genuínas”, ou seja, aquelas que oferecem contingências reforçadoras dentre as escolhas possíveis. Para ele, uma escolha não é “genuína” se as contingências oferecidas são pouco reforçadoras ou limitadas (nesse caso, a escolha seria “forçada”). Assim, a liberdade estaria diretamente relacionada ao número de contingências reforçadoras disponíveis, podendo ser quantificada em graus de liberdade: poucas alternativas reforçadoras caracterizam graus de liberdade restritos, enquanto muitas alternativas reforçadoras caracterizam graus de liberdade amplos. Em relações sociais, graus de liberdade restritos para apenas uma das partes são elementos componentes da exploração e da opressão.

Compreende-se, que o controle aversivo não é elemento necessário a essa análise: tanto quanto na análise de Baum (1994/2006), sobre o desequilíbrio de poder, a de Goldiamond (1976), sobre graus de liberdade, destaca as alternativas reforçadoras presentes nas relações¹⁶. Portanto, a consideração sobre os graus de

¹⁶ Essa análises são, a nosso ver, muito mais completas que a proposta de Sidman (1989) que aponta que “O controle por reforçamento positivo não é coercitivo; a coerção entra em cena quando nossas ações são controladas por reforçamento negativo ou punição” (p.43). Entendemos que esse conceito de coerção é não apenas insuficiente para dar conta dos fenômenos amplos aqui descritos, como ele carrega problemas conceituais já apontados na literatura (Critchfield, 2014; Hunziker, 2011, 2017). Por esse motivo, apesar de muito divulgada dentre os analistas do comportamento, a análise de coerção de Sidman não está sendo aqui considerada como relevante para o estudo da opressão.

liberdade de escolha que o indivíduo possui é objetiva, dadas as considerações sobre as escolhas genuínas às quais ele está submetido (Fernandes, 2018). Em uma relação de exploração, geralmente há pouca liberdade de escolha para a parte explorada e muito mais possibilidades de escolhas para o explorador. Ou seja, em uma relação de poder desequilibrada, a parte exploradora e mais privilegiada tem, à sua disposição, maior possibilidade de fazer escolhas genuínas em comparação à parte explorada, o que implica que ela é mais livre, sendo a parte menos poderosa a que pode ser caracterizada como menos livre (por isso, oprimida).

Na perspectiva de que, historicamente, alguns grupos privilegiados tiveram graus de liberdade maiores do que outros grupos não privilegiados, existe um sentido lógico em supor que maiores possibilidades de escolhas podem gerar repertórios comportamentais mais amplos e diversificados. Por esse motivo que Terry et al. (2010) levantam a discussão sobre a limitação de repertório que alguns grupos tiveram, historicamente, em comparação a outros: “A dominação . . . significou: ‘restringir a um repertório comportamental limitado através do poder histórico sobre estabelecer as contingências’” (p. 109).¹⁷

Assim, pessoas pertencentes a grupos privilegiados têm maiores possibilidades de desenvolver repertórios comportamentais mais amplos, enquanto que as pertencentes aos grupos menos privilegiados tem menor possibilidade de expansão de seus repertórios comportamentais. Desse modo, as pessoas desse último grupo, por mais que busquem ampliar seu repertório, têm como base comportamental possibilidades muito aquém das demais para obter reforçadores, e frente a esse quadro cabe questionar: Quais as condições que mantêm essas práticas controladoras desiguais? Uma hipótese a ser levantada se refere à escassez de condições, em função de seu repertório limitado, que permitam ao grupo explorado exercer o contracontrole como forma de modificar essas relações de exploração.

O contracontrole é definido por Sá (2016) como: “qualquer classe de resposta que esteja sendo emitida com função de eliminar ou atenuar as consequências aversivas/exploratórias vigentes” (p. 55). O emprego de práticas controladoras de exploração que mantém restritos o repertório comportamental dos grupos explorados só torna mais difícil que eles detenham a possibilidade de contracontrolar e modificar

¹⁷ Trecho original: domination . . . has meant “being restricted to a limited behavioral repertoire through historical power over arranging contingencies” (Terry et al. 2010, p. 109).

essa relação. Em outras palavras, a forma de não se perpetuar esse tipo de relação exploradora/opressiva, seria garantir ao grupo explorado e oprimido a possibilidade de modificar as contingências nas quais ele se insere, restabelecendo um equilíbrio de poder na relação em questão. Para tanto, seria necessária a ampliação dos seu repertório comportamental e da sua liberdade de escolha. Dessa forma, baixas oportunidades para que o grupo explorado contracontrole implica na manutenção de práticas controladoras de exploração e opressão.

4 ANÁLISE

Considerando-se o previamente exposto, pode-se definir o patriarcado (ou ideologia patriarcal) como um conjunto de contingências sociais que estabelece a hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina, na qual homens concentram maior acesso a reforçadores do que mulheres.

Os capítulos anteriores oferecem subsídios teórico-conceituais relacionados a diferentes áreas do conhecimento para o desenvolvimento dessa análise sobre o que é o patriarcado e quais as condições sociais mantenedoras do mesmo. A obra da socióloga Saffioti (2004/2015) e as obras de analistas do comportamento como Skinner (1953/2014), Baum (1994/2006), Terry et al. (2010) entre outros, mesmo que fundamentados em bases epistemológicas distintas, mostram afinidades teórico-conceituais entre os autores que permitirão desenvolver a análise de um termo que - usualmente utilizado entre as sociólogas feministas - também pode ser interpretado e descrito por uma perspectiva analítico-comportamental.

Como descrito no capítulo 3.1, os argumentos nos quais Saffioti (2004/2015) se baseia para desenvolver sua análise sobre o patriarcado se pautam em variados exemplos concretos de interações sociais entre homens e mulheres que ilustram um nível de *desigualdade* entre os gêneros a partir da comparação das *consequências* obtidas por ambos, medida principalmente pelo acesso diferenciado a ganhos ou vantagens que, na linguagem analítico-comportamental equivalem a reforçadores. Independente da linguagem utilizada pelos autores aqui abordados, pode-se ter como ponto comum que as relações sociais baseiam-se na distribuição dos reforçadores entre as partes envolvidas, que podem ser equitativas (quando as consequências reforçadoras/punidoras são equilibradas entre ambas as partes) ou de desigualdade, (quando as consequências são desequilibradas).

Por exemplo, os dados divulgados pela Catho (2018) mostram que o acesso a um importante reforçador social – o salário – se dá de forma desequilibrada em função do gênero dos indivíduos. Essa pesquisa, que reuniu 17 mil entrevistados no mercado de trabalho brasileiro, constatou que os homens ganham salários até 36% maiores que o salário das mulheres para a mesma função hierárquica. As mulheres, mesmo com maior grau de escolaridade (30% possuem maior grau de escolaridade - em nível superior e de pós-graduação - em relação aos homens) ainda assim recebem salários menores. Além disso, elas são minoria na ocupação de cargos hierárquicos mais elevados: apenas 27% desses cargos são ocupados por mulheres. Isso significa que o comportamento de quem designa diferencialmente salários ou cargos hierárquicos é fortemente controlado pelo gênero do trabalhador que irá receber esses salários ou ocupar esses cargos hierárquicos. Portanto, essa pesquisa explicita que, no mercado de trabalho brasileiro, há uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina, na qual homens concentram maior acesso a reforçadores (renda monetária) do que mulheres. Esse cenário ilustra uma das consequências de uma ideologia (conjunto de contingências sociais) patriarcal, uma vez que as pessoas responsáveis por designar salários para os funcionários de uma empresa estão sob controle de regras sociais em que o gênero de uma pessoa atua como estímulo discriminativo para designar um salário diferente para homens e mulheres que desempenham iguais funções.

Essa análise comparativa entre as consequências reforçadoras desiguais obtidas pelo trabalho de homens e mulheres permite não só ilustrar um dos aspectos sociológicos que constituem o patriarcado, no que se refere aos maiores benefícios ao grupo masculino (Saffioti, 2004/2015), como também a análise comportamental desenvolvida por Baum (1994/2006), que relaciona esse desequilíbrio de acesso a reforçadores com o desequilíbrio de *poder* entre as partes da relação. Enquanto Baum defende que o poder está do mesmo lado da relação daquele que reúne mais benefícios a partir das consequências desiguais obtidas entre as partes, é coerente assumir que, no exemplo aqui analisado, onde os homens obtêm maiores benefícios (salários superiores) que as mulheres, eles também concentram mais *poder* em suas mãos. Logo, esse desequilíbrio representa bem mais que um ponto isolado na relação social: ele é uma das manifestações do desequilíbrio de poder entre os gêneros, com primazia masculina, aspecto fundamental na noção do patriarcado.

Outro exemplo que ilustra essa desigualdade de poder entre os homens e as mulheres, com primazia masculina, pode ser descrito através da ocupação dos altos cargos de tomada de decisão do poder executivo. O estudo feito pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (Rossi, 2018) que cruzou os dados fornecidos pelo Banco Mundial, pela ONU, e pelo TSE – Tribunal Superior Eleitoral desde 1992, revelou que, dentre os 186 países avaliados, o Brasil ocupa o 161º lugar no ranking de presença de mulheres no Poder Executivo. Esse ranking também levou em conta, entre outros elementos, o número de ministras mulheres e o número de habitantes governados por estados chefiados por mulheres: constatou-se que dos 186 países ranqueados, somente 17 têm mulheres como chefes de governo na atualidade, ou seja 92% dos países são governados por homens.

Esses dados, bastante atuais, dão subsídios numéricos compatíveis com o argumento de que os homens continuam concentrando mais poder do que mulheres. Consequentemente, são eles que detêm maior chance de dispor as contingências nas quais os outros estão inseridos (Skinner, 1953/2014), mantendo-se socialmente o desequilíbrio entre os gêneros. Na medida em que ao redor do mundo a maior parte dos países e estados é governada por homens, são eles os que possuem maior domínio sobre os reforçadores/punidores que podem ser usados em determinadas relações sociais, seja em nível individual ou institucional, fato esse que os ajuda a manter sua posição de dominadores. Pela lógica dessa relação binária, se por um lado os homens dispõem de maior poder nas relações sociais, do outro, as mulheres ficam mais marginalizadas e impedidas (se não total, ao menos parcialmente) de influírem nas contingências sociais que afetam os outros e a si mesmas. Em outras palavras, esses dados revelam uma organização social entre homens e mulheres que sustenta o argumento central exposto por Saffioti (2004/2015) sobre o patriarcado refletir uma “estrutura de poder” na qual homens concentram mais poder em detrimento das mulheres.

No que se refere ao que se convencionou chamar de *poder*, Skinner (1953/2014) enfatiza que são condições potenciais para dispor as contingências (sejam elas reforçadoras ou punidoras) a outras pessoas, por meio do que o autor nomeia de práticas controladoras. Os exemplos anteriores ilustram o poder diferenciado (monetário, político) de homens em detrimento das mulheres. Mais uma vez, destacamos que esses são apenas exemplos que compõem um conjunto mais amplo de contingências que, por terem como produto final o maior benefício dos

homens em detrimento das mulheres, fazem parte do que pode ser chamado de ideologia patriarcal.

As práticas controladoras que decorrem dessa ideologia, isto é, a disposição dessas contingências, geram uma série de problemas sociais, sendo um deles o da violência sexual demonstrado nos registros brasileiros de casos de estupro divulgados pelo Fórum Brasileiro Segurança Pública (FBSP, 2019): no ano de 2018 foram registrados 66.041 casos de estupro no Brasil, dentre os quais 81,8% foram de vítimas do sexo feminino, e dentre esses, 53,8% foram de meninas de até 13 anos de idade. Já com relação aos agressores, 96,3% pertenciam ao sexo masculino, e dentre eles 75,9% eram conhecidos das vítimas.

O fato de que mais de 95% dos agressores pertencem ao sexo masculino ilustra que existem condições sociais prévias que estabelecem que os homens detenham maior poder sobre os corpos das mulheres, do que o contrário. Assim como o fato de que mais de 80% do número de vítimas pertencem ao sexo feminino também aponta para a existência de elementos que corroboram com essa assimetria de poder: mulheres com menores probabilidades de terem controle sobre seus próprios corpos, sobretudo se forem meninas de até 13 anos, indica que elas fazem parte de um grupo social ainda mais vulnerável e que dispõe de um controle ainda menor sobre seus corpos por serem crianças.

Essa distribuição desigual do poder que possibilita o uso de práticas controladoras tão desiguais e violentas caracteriza o que Baum (1994/2006) nomeia como relação de exploração, uma vez que o elemento explorado (no caso, as mulheres violentadas) acabam sempre sendo prejudicadas, mesmo quando essa exploração se dá mediante contingências de reforçamento positivo. Desse modo, independentemente de as contingências estabelecidas pela parte mais poderosa da relação (no caso, os homens) poderem envolver a curto prazo reforço positivo, uma análise mais ampla que permite nomear uma relação de exploração leva em conta também as consequências de longo prazo. Retomando o dado sobre a grande incidência de estupro praticado por homens sobre meninas menores de 13 anos, podemos considerar um caso hipotético de estupro praticado por um homem contra sua enteada nessa idade. Nesse caso, o padrasto pode ter estabelecido uma contingência de reforçamento positivo na qual ele entregaria um presente pra ela se em troca ela deixasse que ele tocasse seu corpo. Embora a curto prazo possa ser apontado que a anuência da enteada seria positivamente reforçada pelo presente, e o comportamento abusivo do

padrasto seria positivamente reforçado pelo acesso irrestrito ao corpo de sua enteada, isso não significa que não se trata de uma relação de exploração: não apenas a enteada tem pouco poder para estabelecer ou alterar essa relação (poucas opções no ambiente para mudar a contingência), como a longo prazo é ela quem estará sofrendo os prejuízos desse desequilíbrio. Análogos aos exemplos descritos por Baum (1994/2006) sobre o “escravo feliz” e das “crianças trabalhadoras de fábricas”, as contingências de reforçamento positivo também podem ser centrais nas práticas controladoras que estejam beneficiando desequilibradamente a parte mais poderosa em detrimento da parte menos poderosa. Por esse motivo que se ressalta a importância de um olhar para as consequências de longo prazo. No exemplo hipotético da enteada e do padrasto, cabe-se perguntar, entre outras questões, quais seriam as possíveis consequências de longo prazo para ela, tais como: Quais os danos físicos que a menina poderia vir a ter em seu corpo? Quais os impactos emocionais que ela poderia vir a desenvolver no longo prazo que influenciarão a sua saúde mental?

A análise sobre as posições de poder ocupadas desigualmente pelos homens e pelas mulheres, somada à análise de onde e para onde partem as práticas controladoras e as consequências geradas para ambos na relação, é compatível com um dos principais argumentos que Saffioti (2004/2015) destacava para sustentar sua descrição sobre o patriarcado: a importância de se identificar o “vetor de violência” nas relações entre homens e mulheres. Ou seja, não é suficiente dizer que as práticas controladoras de violência estão sendo empregadas em função apenas de variáveis individuais da história de vida de cada uma das partes envolvidas; embora essas variáveis também influenciem, é necessário destacar também que tais práticas controladoras de violência geralmente seguem um mesmo padrão que parte do elemento mais poderoso para o menos poderoso, e que esse padrão é controlado pelo conjunto de contingências sociais, geralmente históricas (ou seja, de longo prazo) que têm em comum a primazia masculina na disposição das contingências.

Quando essas práticas controladoras de exploração se repetem sistematicamente nesses moldes assimétricos de poder entre as partes, é correto dizer que se trata de uma relação de *opressão*. Como destacam Terry et al. (2010), as relações de *opressão* não só mantém, sistematicamente, que o grupo das pessoas privilegiadas (homens) tenham maior acesso a elementos que virão a ser reforçadores, enquanto que o grupo das pessoas menos privilegiadas (mulheres) tenham esse acesso

restringido, como também que essas condições limitam a expansão do repertório comportamental das mulheres. Terry et al. (2010) apontam que variáveis históricas também contribuem para essa limitação sobre o repertório comportamental de mulheres:

Historicamente, certos grupos sociais detiveram o controle sobre os reforçadores mais importantes para outros grupos. Por exemplo, tradicionalmente, o papel das mulheres na sociedade tem sido bem mais limitado em comparação ao papel mais variado dos homens, e que acaba por tornar disponível a esses homens uma gama mais ampla de contingências alternativas de papéis sociais de poder (Biglan, 1995). Portanto, historicamente, a dominação sobre as mulheres pelos homens significou ‘mantê-las restritas a um repertório comportamental limitado através do poder histórico de rearranjar as contingências’ (Terry, et al. 2010, p.284)¹⁸

Em termos das variáveis históricas, é possível observar como certos papéis e funções sociais sempre estiveram relacionadas diferencialmente aos homens e as mulheres, como por exemplo, o desempenho de atividades domésticas e cuidados com os filhos. De acordo com a pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), quando os entrevistados foram questionados sobre a realização dessas atividades, 90% das mulheres entrevistadas responderam que realizavam-nas, enquanto que apenas 53% dos homens responderam que as faziam. Essa mesma pesquisa também apontou que as mulheres, em média, trabalham 7,5 horas a mais por semana que os homens, considerando-se o trabalho doméstico, não remunerado, nessa avaliação. Desse modo, é possível sugerir que as condições previamente estabelecidas com relação à responsabilização da mulher sobre as atividades domésticas e cuidados com os filhos pode ser uma das variáveis que contribuem para que as mulheres tenham menores possibilidades de escolha profissional (dentre outras) do que os homens, uma vez que o número de contingências alternativas disponíveis para as mulheres é menor do que para os homens. Isso significa que, no geral, homens têm maior liberdade de escolha e,

¹⁸ Trecho original: Historically, certain social groups have controlled the more important reinforcers for other groups. For example, traditionally, women’s roles in society have been limited in comparison to men’s more variable social roles which make available, for men, a wider range of alternative contingencies or social roles of power (Biglan, 1995). Thus historically, domination of women by men has meant “being restricted to a limited behavioral repertoire through historical power over arranging contingencies” (Terry, et al. 2010, p. 284).

consequentemente, maior possibilidade de expansão de seus respectivos repertórios comportamentais.

Isso posto, a perspectiva histórica de que homens tiveram maior possibilidade de expandirem e diversificarem seus repertórios comportamentais em comparação com as mulheres pode ser apontada como uma das variáveis que contribuíram para que as mulheres tivessem menor liberdade em relação aos homens dado que elas têm menor gama de escolhas genuínas (Goldiamond, 1976), quer pela limitação do repertório historicamente estabelecida, quer pelas exigências que as contingências sociais presentes impõem. Portanto, num olhar mais amplo, pode-se dizer que a ideologia do patriarcado age, sistematicamente, também por meio de regras e contingências sociais que restringem e limitam as escolhas das mulheres.

O patriarcado não só é composto por um conjunto de comportamentos sociais cujas consequências são desiguais entre homens e mulheres (com maior acesso a reforçadores pelos primeiros), gerando desigualdade no acesso ao poder, mas também engloba um conjunto de regras e contingências sociais que estabelecem e mantêm tais comportamentos, historicamente, ao longo de gerações. No exemplo citado anteriormente com relação aos trabalhos domésticos e de cuidados com os filhos, ao invés de ser atribuído a “predisposições naturais”, como nas explicações internalistas, é correto afirmar que esses atributos não são inerentes à mulher, ou fazem parte da sua “natureza” ou “genética”, mas sim foram atribuídos ao que se designa socialmente como “papel social da mulher”, ou seja, foram criadas e mantidas regras sociais que controlam o comportamento de mulheres e homens na execução de tarefas diferenciais em função do gênero.

A criação dessas regras sociais, geralmente, é estabelecida por meio de relações arbitrárias entre estímulos que criam significados simbólicos (de Rose & Bortoloti, 2007). Da mesma forma que Saffioti (2004/2015) utiliza em sua obra o exemplo de que a “voz grave” do homem é um estímulo que adquire função de “autoridade”, pode-se utilizar o paradigma de relações de equivalência para analisar o estabelecimento de algumas funções de estímulos que passam a controlar comportamentos frente aos papéis de gênero de homens e mulheres. Por exemplo, Freitas e Moraes (2019) descrevem que um símbolo pode ser compreendido como um estímulo ao qual atribui-se um determinado significado que não seja inerente à ele próprio, ou seja, dois estímulos diferentes podem adquirir a mesma função através de relações de equivalência; dessa forma, afirmar que mulheres são como rosas,

estabelece que, como as rosas são belas, delicadas e merecem cuidado, as mulheres também são belas e precisam serem “cuidadas”. Essa transferência de função entre os estímulos cria regras sociais que controlam determinados comportamentos como, por exemplo, a forma como um homem deve agir diante de uma mulher, abrindo a porta para elas (seres “frágeis”) passarem, etc. Ao mesmo tempo, por serem “como rosas”, as mulheres *devem* cuidar da aparência e se manterem “belas”. Ou seja, o gênero “mulher” controla o comportamento do homem de esperar que ela cuide de sua aparência para se manter “bela”, normalmente, para o “prazer” dele. Outro exemplo corriqueiro se dá quando os pais de uma menina dizem a sua filha que ela não pode jogar futebol pois isso “não é coisa de menina” e a colocam para dançar ballet. Isto é, os pais da menina não estão sob controle das atividades que sua filha gosta de fazer, mas sim agem sob controle da regra social de que meninas são delicadas e devem desempenhar determinadas atividades que não envolvam, por exemplo, contato físico mais bruto.

É importante analisar que os comportamentos, regras e contingências sociais que constituem o patriarcado não só moldam os repertórios comportamentais de homens, como também o de mulheres. Ou seja, as contingências patriarcais são tão “naturalizadas” e disseminadas na nossa cultura a ponto de controlarem os comportamentos de mulheres no sentido de manter o desequilíbrio vigente, de forma que a longo prazo elas também contribuem para que seus repertórios comportamentais permaneçam restritos, e conseqüentemente sofram prejuízos. Isso pode ser visto com frequência na educação dos filhos, verificando-se que não só os pais como as mães também podem se comportar diferencialmente a depender do gênero deles. Por exemplo, uma mãe que tenha uma filha e um filho, muito provavelmente vai exigir da sua filha, mas não do filho, que realize atividades domésticas tais como cozinhar ou arrumar a casa. Possivelmente isso se dá porque a mãe está sob controle da regra social patriarcal de que mulheres são responsáveis pela execução dessas tarefas domésticas; logo, o esperado é que a exigência recaia sobre a filha, mas não sobre o filho, mesmo que ambos os filhos morem na mesma casa, comam a mesma comida, ou a sujem igualmente.

Compatível com o anteriormente sugerido, Guerin e Ortolan (2017) enfatizam que as contingências e regras sociais patriarcais não só contribuem para o comportamento de homens, como também para o de mulheres: “. . . as condições sociais colocadas pelo patriarcado também moldam o comportamento das mulheres.

Isso inclui diretamente ensinar formas particulares de como as mulheres devem agir, moldando o comportamento de mulheres para inadvertidamente reforçar tais condições patriarcais” (Guerin & Ortolan, 2017, p. 24)¹⁹. Os autores enfatizam em seu estudo o comportamento de violência doméstica, sobretudo praticado por homens, mas não descartam a influência que as regras sociais patriarcais exercem sobre a sociedade como um todo, incluindo mulheres, no que se refere a um padrão de “aceitação social generalizada”. Um dos argumentos em destaque desse estudo diz respeito a como a manutenção de que muitas práticas controladoras derivam dessa aceitação generalizada (por homens e mulheres) de determinados padrões comportamentais exercidos por homens. Em outras palavras, como determinadas regras sociais patriarcais sobre os diferentes “papéis sociais” de homens e mulheres permanecem imutáveis ao longo das gerações, e dificilmente são percebidos como tais, como no exemplo de que existe uma maior “permissividade” na sociedade para que homens possam interromper mais conversas do que mulheres, sendo menos punidos por isso (James & Clarke, 1993). As contingências desiguais são tão naturalizadas que levam as mulheres a também reforçar determinados padrões sociais que fortalecem essas regras do patriarcado, contribuindo para a existência da ideologia patriarcal.

A premissa de que as mulheres também se comportam sob controle de regras patriarcais, mesmo que essas regras também possam prejudicá-las no longo prazo, é compatível com o que Saffioti (2004/2015) afirma sobre o processo de “atuação” realizada por mulheres e homens na sociedade patriarcal. Para a autora, embora ambos contribuam para a manutenção das contingências patriarcais vigentes porque ambos “atuam” em sociedade, o desequilíbrio de poder entre as partes impede que essa atuação seja igualitária entre os gêneros, isto é, a atuação da parte menos poderosa (das mulheres) têm suas “bases solapadas”. Esse termo, utilizado pela autora, parte de uma perspectiva contextualista e que coincide com a visão analítico-comportamental sobre o poder (Skinner, 1953/2014), pois a autora considera que são aspectos do ambiente (e não causas internas) que impedem que as mulheres tenham a mesma possibilidade de dispor as contingências vigentes na interação em comparação

¹⁹ Trecho original: . . . the social conditions put in place by patriarchy also shape women’s behavior. This includes directly teaching particular ways of behaving for women, shaping women’s behavior to inadvertently reinforce those patriarchal conditions. (Guerin & Ortolan, 2010, p.24).

aos homens, e que por isso, ela destaca que a atuação delas é qualitativamente distinta da deles. Já a atuação dos homens, como anteriormente destacado, não apresenta suas “bases solapadas” uma vez que na maioria das vezes eles se beneficiam dessas regras e contingências patriarcais pois as condições do ambiente à eles dispostas garante seu maior acesso ao poder nas relações.

Além disso, Saffioti (2004/2015) também se alinha a Baum (1994/2006) e Goldiamond (1976) com relação ao processo de atuação das mulheres no que se refere ao olhar de longo prazo para as consequências obtidas na interação para definir se se trata ou não de uma relação de exploração, e ao seu acesso a contingências alternativas para escolher genuinamente. A autora destaca que todo o processo do “consentimento” exige que ambas as partes desfrutem do mesmo poder, mas como essa distribuição do poder é desequilibrada, as mulheres nem sempre estão aptas a “consentir”, mas apenas a “ceder”. Quando Saffioti enfatiza a distinção entre o processo de “consentir” e o de “ceder,” ela afirma que muitas vezes a mulher só dispõe de condições em seu ambiente para “ceder” em uma dada relação. Ou seja, por mais que a mulher possa até se beneficiar no curto prazo a partir da interação, ela pode atuar de modo a fortalecer uma regra patriarcal que contribui para a restrição de seu próprio repertório comportamental, pois seu acesso a contingências alternativas naquela interação que a permitiria realizar uma escolha genuína, estava restringido, e no longo prazo ela pode vir a ter consequências prejudiciais a partir da relação.

Sendo assim, as condições ambientais que dificultam às mulheres discriminarem o que é uma regra patriarcal, identificando como ela pode ser prejudicial no curto ou no longo prazo, contribui para que elas tenham menos poder, consequentemente menos liberdade, e portanto, menos possibilidade de alterar as contingências vigentes. Porém, dado que comportamento, regras e contingências não são estanques, mas sim necessitam de manutenção constante, então pode-se considerar que essa relação patriarcal é passível de alteração. Por exemplo, contingências que aumentem a discriminabilidade dos ganhos e perdas em relação aos gêneros (tais como debates ou aulas sobre questões vinculadas ao patriarcado e suas consequências que as atingem no cotidiano) podem tornar mais provável que mudanças comportamentais ocorram por parte das mulheres, interferindo na retroalimentação do desequilíbrio. Tecnicamente, isso equivale a criar condições para que as mulheres possam contracontrolar o patriarcado, eliminando ou atenuando as consequências vigentes que as estejam prejudicando, ou que possam vir a prejudicá-

las no longo prazo. Um exemplo disso é o caso de uma menina de 12 anos, que em 2010, após ter participado de uma palestra em sua escola sobre o que é violência sexual, denunciou o padrasto por tê-la estuprado (G1 Tocantins, 2018). Ou seja, aumentar as chances de discriminação aparentemente aumenta as chances de contracontrole em condições de abuso ou opressão. Ter informações que deram condições para que a menina pudesse discriminar que as contingências as quais o padrasto dispunha sobre ela estavam sendo prejudiciais a ela possibilitou que exercesse o contracontrole, modificando uma prática controladora patriarcal de exploração, aumentando o poder de ela decidir sobre o próprio corpo. Dessa forma, há uma relação direta entre possibilidade de contracontrole com o estabelecimento de condições para que, dentro dessa relação desigual entre gêneros, mulheres possam ter mais escolhas e mais poder, levando, idealmente, a uma relação equilibrada com os homens. É importante destacar que embora fundamental, as práticas de contracontrole não são, por si só, necessariamente instrumento de mudança de uma cultura patriarcal. O contracontrole, quando exercido em uma articulação coletiva, pode trazer mais resultados para uma transformação cultural patriarcal, do que isoladamente.

Essa sugestão se alinha ao defendido por Couto (2017), que define que quando as mulheres, em articulação coletiva, adquirem novos repertórios comportamentais que possibilitam mudança no seus respectivos contextos, isso pode ser nomeado como o “empoderamento” feminino. Sendo assim, o poder que hoje está desequilibrado entre os homens e as mulheres, estaria mais próximo de um patamar mais equilibrado, e desse modo, homens e mulheres poderiam ter maior acesso a escolhas genuínas, ampliando assim seus graus de liberdade e enfraquecendo cada vez mais comportamentos e regras patriarcais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se saiba que as desigualdades políticas sejam diversificadas, a desigualdade política entre homens e mulheres é histórica e produziu, ao longo de séculos da humanidade, muitas consequências diferenciadas aos gêneros que criaram e fortaleceram práticas controladoras muito prejudiciais e injustas, sobretudo para as mulheres. Apontar que a cultura é patriarcal envolve, inclusive, apontar que a ciência e o comportamento do cientista não fogem a regra. Assim como a cultura, a ciência e as práticas científicas também são atravessadas pelas variáveis aqui levantadas que

produzem consequências mais prejudiciais para as mulheres e favorecem a concentração de poder nas mãos de cientistas homens.

Ademais, em uma abordagem introdutória, vimos que há elementos em comum entre diferentes práticas controladoras que caracterizam o patriarcado ou a ideologia patriarcal: uma organização social que engloba um conjunto de comportamentos, regras e contingências sociais que se baseiam centralmente em um desequilíbrio de poder, gerando supremacia masculina e opressão de mulheres.

Como política, poder, opressão, dominação, são todos termos que descrevem comportamentos sociais, e como todo comportamento é estabelecido e mantido pelas contingências existentes no ambiente, a compreensão dessa ideologia, como conjunto de contingências e regras estabelecidas e mantidas no ambiente social por homens e mulheres, permite que analistas do comportamento possam vir a descrever, em mais detalhes do que o aqui realizado, os processos comportamentais que sustentam essa assimetria política.

Do nosso ponto de vista, a análise comportamental sobre o patriarcado envolve avaliar alguns pontos fundamentais, tais como: (1) Quão possível é dispor, de forma igualitária, as contingências nas relações que envolvem necessariamente homens e mulheres, no que diz respeito a aspectos políticos e sociais; (2) Quão equilibradas são, na cultura brasileira atual, as consequências obtidas entre os gêneros nessas relações, a curto e longo prazo; (3) Em que grau o ambiente no qual se inserem essas relações oferece condições para que ambas as partes possam realizar escolhas genuínas, de forma equitativa, que as permitam expandir seus repertórios comportamentais equitativamente; (4) E quais as regras sociais vigentes que estão pautando papéis sociais diferenciados a serem cumpridos, rigidamente, por homens e mulheres.

Embora a análise dessas questões não esgotem a complexidade sobre o fenômeno do patriarcado, acreditamos que uma investigação cuidadosa sobre esses tópicos possibilite uma compreensão mais completa sobre ele, bem como uma compreensão das razões pelas quais ele ainda perdura e se mantém o desequilíbrio durante tantas gerações. Como já mencionado, enquanto houver consequências que prejudiquem, sistematicamente, uma considerável parcela da população, em função de seus respectivos gêneros, é necessário que o acesso a informações que aumentem a discriminabilidade sobre essas contingências patriarcais seja garantido a toda população, para que a parte prejudicada possa exercer contracontrole.

Por esse motivo que criar condições sociais que possibilitem, sobretudo às mulheres, adquirirem novos repertórios comportamentais que as permitam discriminar contingências ou regras patriarcais, de forma a ser mais provável que atuem diferencialmente sobre elas, modificando-as, é equivalente a aumentar a probabilidade de que essas mulheres tenham condições para contracontrolarem, e com isso mudarem seus respectivos contextos sociais.

Sendo assim, acreditamos que essa interface entre os estudos sobre o patriarcado feitos pela socióloga feminista Heleieth Saffioti e a Análise do Comportamento possibilitam um diálogo não só teórico, como também político, uma vez que o contracontrole, como ferramenta para mudança de uma organização social que se baseia no desequilíbrio de poder com supremacia masculina e opressão de mulheres, se alinha às propostas defendidas por Skinner de se utilizar a Análise do Comportamento para se promover um mundo socialmente mais justo e igualitário. Portanto, trabalhar para uma mudança de cultura que seja mais justa e equitativa, caminha na mesma direção da construção de uma organização social que englobe um novo conjunto de comportamentos, regras e contingências sociais que estejam baseados no equilíbrio político entre mulheres e homens.

REFERÊNCIAS²⁰

- Álvares, M. L. M. (2008). Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 51(4), 895-939. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21817687004>
- Atal, J. P., Ñopo, H., & Winder, N. (2009). *New century, old disparities: gender and ethnic wage gaps in Latin America*. Washington, DC: Inter-American Development Bank. Department of Research and Chief Economist.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo*. Porto Alegre, RS: Artmed Editora. (Trabalho original publicado em 1994).
- Baum W. M. (2011). What is Radical Behaviorism? A Review of Jay Moore's Conceptual Foundations of Radical Behaviorism. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 95(1), 119–126. doi:10.1901/jeab.2011.95-119

²⁰ De acordo com o estilo APA (*American Psychological Association*).

- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: Fatos e mitos* (4a ed.; Vol. 1; S. Milliet, trad.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro. (Trabalho original publicado em 1949).
- Biglan, A. (1995). *Changing cultural practices: A contextualist framework for intervention research*. Reno, NV: Context Press.
- Carrara, K. (2016). Ecos da “Revolução de Holland” na contemporaneidade: práticas culturais, ética e compromisso social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8, 84-94.
- Catania, A. C. (1999) *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição* (4a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed. (Trabalho original publicado em 1998).
- Couto, A. G., & Rezende, J. V. de (2014). *O feminismo na literatura analítico comportamental*. Sessão de pôster apresentado no XXIII Encontro da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), Fortaleza, CE.
- Couto, A., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise Do Comportamento*, 8(2), 147-158. doi: <http://doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Couto, A. (2017). *Uma análise behaviorista radical da discussão feminista sobre o empoderamento da mulher*. 336f. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Critchfield, T. S. (2014). *Skeptle’s corner: punishment – Destructive or valuable social “adhesive”?* Behavior Analysis Practice, 7, 36-44. doi: 10.1007/s40617-014-0005-4
- Dauder, S. G. (2003). *Psicología y feminismo: Una aproximación desde la psicología social de la ciencia y las epistemologías*. 293f. (Tese de Doutorado). Departamento de Psicologia Social, Faculdade de Psicologia, Universidade Complutense de Madrid, Madrid.
- De Rose, J. C., & Bortoloti, R. (2007). A equivalência de estímulos como modelo de significado, *Acta Comportamentalia*, 15, 83-102.
- Delphy, C. (2009). Patriarcado, In D. Senotier; F. Laborie; H. Hirata; H. Doare (Orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 173-179). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Departamento Penitenciário Nacional. (2016). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização – Junho de 2016*. Brasília, D.F.: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Recuperado de http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf

- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zílio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamentalia*, 25(2), 265–280.
- Fernandes, R. C. de. (2018). *Uma análise comportamental não-linear de problemas sociais: o caso da renda básica* (Dissertação de Mestrado, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná). Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/56544/R%20-%20D%20%20RAMON%20CARDINALI%20DE%20FERNANDES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Fideles, M. N. D., & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia analítica funcional feminista: Possibilidades de um encontro. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18-29.
- Flax, J. (1987). Post modernism and gender relations in feminist theory. *Journal of Women in Culture and Society*, 12(4), 621-643.
- Fontoura, N., Rezende, M. T., Mostafa, J., & Lobato, A. L. (2016). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995-2015*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2015). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 9, 1-153. Recuperado de http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado.pdf
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 13, 1-205. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>
- Foucault, M. (1981). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Freitas, J. C. de C., & Moraes, A. O. de. (2019). Cultura do estupro: Considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 109-126. Recuperado de <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68758/60633>
- G1 Tocantins. (2018, 25 de maio). Menina relata estupro após palestra sobre violência sexual e padrasto é preso. *G1.globo.com*. Recuperado de <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/menina-relata-estupro-apos-palestra-sobre-violencia-sexual-e-padrasto-e-preso.ghtml>
- Goldiamond, I. (1976). Protection of human subjects and patients: a social contingency analysis of distinctions between research and practice and its implications. *Behaviorism*, 4(1), 1-41
- Guerin, B. (1994). *Analyzing social behavior: Behavior analysis and the social sciences*. Reno, NV: Context Press.

- Guerin, B., & Ortolan, M. de O. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/322201506_Analyzing_Domestic_Violence_Behaviors_in_their_Contexts_Violence_as_a_Continuation_of_Social_Strategies_by_other_Means
- Hartmann, H. (1979). The unhappy marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union. *Capital and Class*, 8, 1-33.
- Holland, J. G. (1974). Are behavioral principles for revolutionaries? In F. S. Keller & E. Ribes-Iñesta, (orgs.) *Behavior modification: Applications to education* (pp. 195-208). New York: Academic Press.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174.
- Hunziker, M. H. L. (2011). Afinal, o que é controle aversivo? *Acta Comportamental*, 19, 9-19. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/actac/v19n4/a06.pdf>
- Hunziker, M. H. L. (2017). Dogmas sobre o controle aversivo. *Acta Comportamental*, 25(1), 85-100. Recuperado de <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/58803/51944>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, (38), 1-13. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf
- International Labour Office. (2016). *Women at Work: Trends 2016*. Genebra: ILO. Recuperado de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457317.pdf
- James, D., & Clarke, S. (1993). Women, men and interruption: A critical review. In D. Tannen (Ed.), *Gender and conversational interaction* (pp. 231-280). Londres: Oxford University Press.
- Jung, C. (1982) *Aspects of the feminine*. Londres: Ark Paper-backs.
- Knudsen, S. V. (2006). Intersectionality – a theoretical inspiration in the analysis of minority cultures and identities in textbooks. In B. M. Horsely, S. V. Knudsen, & B. Aamotsbakken (Eds.), *Caught in the web or lost in the textbook* (pp. 61-76). Paris, FR: IUFM de Caen
- Kuhn, T. S. (2006). *O caminho desde a estrutura* (C. Mortari, Trad.). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Laurenti, C. (2009). *Determinismo, indeterminismo e Behaviorismo Radical*. 430f. (Tese de Doutorado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

- Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367-376.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araújo (Orgs.). *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). São Paulo, SP: Hogrefe.
- Lei n. 12.015. (2009, 07 de agosto). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm
- Lerner, G. (1987). *The Creation of Patriarchy*. Oxford: Oxford University Press.
- Lopes, C., & Laurenti, C. (2016) Da neutralidade à política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8, 6-10.
- Luna, S. V. (1997). *Planejamento de Pesquisa: Uma introdução*. São Paulo, SP: Educ.
- Marcuse, H. (2009). A responsabilidade da ciência. *Scientiae Studia*, 7, 159-164 (Trabalho original publicado em 1967).
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Millet, K. (1970). *Política Sexual*. Londres: Rupert Hart-Davis.
- Moore, J. (2008). *Conceptual Foundations of Radical Behaviorism*. Cornwall-on Hudson, NY: Sloan.
- Moxley, R. A. (1999). Two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- Moxley, R. A. (2001). The modern/postmodern context of Skinner's selectionist turn in 1945. *Behavior and Philosophy*, 29, 121- 153.
- Organização das Nações Unidas (2015). *Human Development Report 2015: Work for human development*. Recuperado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report_1.pdf
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pesquisa Salarial Catho. [2018]. As diferenças salariais entre homens e mulheres. Recuperado de https://www.catho.com.br/salario/action/artigos/As_diferencas_salariais_entre_Homens_e_Mulheres.php
- Pinheiro, R., & Mizael, T. (Orgs.). (2019). *Debates sobre o Feminismo e a Análise do Comportamento*. Fortaleza, CE: Imagine.

- Rossi, M. (2018, 31 de março). Brasil, a lanterna no ranking de participação de mulheres na política. *Brasil.elpais.com*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/27/politica/1522181037_867961.html
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5(2), 29-44.
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21, 179-192.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16.
- Ruiz, M. R. (2009). Beyond the mirrored space: Time and resistance in feminist theory. *Behavior and Philosophy*, 37, 141-147.
- Ruiz, M. R., & Roche, B. (2007). Values and the scientific culture of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 30, 1-16.
- Sá, C. P. de. (1983). Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 35(2), 136-145. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18923>
- Sá, C. P. de. (2016). J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 52-60.
- Saffioti, H. I. B. (1976). *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Saffioti, H., & Almeida, S. S. (1995). *Violência de gênero: Poder e impotência*. Rio de Janeiro, RJ: Revinter.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero patriarcado violência* (2a ed.). São Paulo, SP: Expressão Popular. (Trabalho original publicado em 2004).
- Schwebel, D. (2009). Movimentos feministas, In D. Senotier; F. Laborie; H. Hirata; H. Doare (Orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 144-149). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Sidman, M. (1989). *Coerção e suas implicações*. Campinas, SP: Livro Pleno.
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: A mulher à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211. doi: <https://doi.org/10.18761/pac.2016.009>
- Skinner, B. F. (1938). *The Behavior of Organisms*. New York, NY: Appleton & Company.

- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York, NY: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1977). *Walden II: Uma sociedade do futuro*. São Paulo, SP: EPU. (Trabalho original publicado em 1948).
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections about behaviorism and society*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504.
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes na Análise Comportamental* (5a ed.). Campinas, SP: Papyrus. (Trabalho original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1974). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo, SP: Ed. Cultrix.
- Skinner, B. F. (2014). *Science and Human Behavior*. Cambridge, MA: The B. F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1953).
- Terry et al. (2010). FAP and Feminist Therapies: Confronting Power and Privilege in Therapy. In J. Kanter, M. Tsai, & R. Kohlenberg (Eds.), *The Practice of Functional Analytic Psychotherapy* (p. 97-122). Nova York, NY: Springer-Verlag.
- Tourinho, E. Z. (2006) Considerações metodológicas. In Subjetividade e relações comportamentais. 7-14. 241f. (Tese de livre-docência) Departamento de Psicologia Experimental da UFPA.
- Waiselfiz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, ONU Mulheres, Organização Pan Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, 2015. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.
- Weber, M. K. E. (1964). *Economía y sociedad*. Cidade do México, México: Fondo de Cultura Económica.
- Wolpert, R. S. (2005). A multicultural feminist analysis of Walden Two. *The Behavior Analyst Today*, 6(3), 186-190.